

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO GRANDE DO SUL
Instituto de Filosofia e Ciências Humanas
Departamento de Sociologia

Isadora Fernandes Siqueira

“Mulher de verdade é a que nasce pronta”: uma análise de manifestações
transfóbicas encontradas em comentários de usuários em páginas de notícias no
Facebook

PORTO ALEGRE
2023

Isadora Fernandes Siqueira

“Mulher de verdade é a que nasce pronta”: uma análise de manifestações transfóbicas encontradas em comentários de usuários em páginas de notícias no *Facebook*

Trabalho de Conclusão do Curso apresentado no Instituto de Filosofia e Ciências Humanas da UFRGS como requisito básico para a conclusão do curso de bacharelado em Ciências Sociais.
Orientador (a): Melissa de Mattos Pimenta

PORTO ALEGRE
2023

AGRADECIMENTOS

Dedico este trabalho às pessoas que, antes e durante a minha graduação foram essenciais para chegar até aqui. Todo apoio, amor e carinho que recebi ao longo da minha vida trilharam meu caminho até este momento.

Agradeço aos meus pais, Cassia e Márcio, por toda a compreensão, respeito, amor e apoio durante minha jornada, que em todos os momentos difíceis, sempre me incentivaram a dar o meu melhor. Aos meus avôs, Adoniro e Valdemar, e minha avós, Vera e Elizabeth, que torceram demasiadamente pelo meu sucesso. Aos meus tios, Ana Paula e Leandro, por zelar e me amar como uma filha. Às minhas primas-irmãs, Ana Carolina e Ana Júlia, por todos os momentos durante a minha vida em que compartilhei as angústias e as felicidades, e sempre recebi um ombro amigo.

Aos meus queridos amigos, Mariane, Luiz Augusto, Maria Eduarda e Karoline por todos os momentos de alegria que me proporcionaram, e principalmente por ouvir as minhas reclamações. Sou muito grata por fazer parte da vida de cada um.

Às minhas amigas e colegas da Sociais, Camila, Vitória e Alexia, que tornaram meus dias e noites no campus Vale incríveis. Obrigada por tornarem minha trajetória acadêmica leve e feliz e por todos os cafezinhos e docinhos compartilhados.

À minha orientadora, Melissa Pimenta, por sempre ser tão solícita e me tranquilizar nos momentos de apreensão. Sem a sua gentileza e norte, esse trabalho não seria possível.

À Universidade Federal do Rio Grande do Sul, que possui um corpo docente extremamente qualificado, e toda a sabedoria fornecida por eles foi fundamental para este trabalho.

RESUMO

O presente trabalho buscou compreender qual o argumento utilizado por aqueles que não aceitam a identidade/expressão de gênero das pessoas trans. O atual cenário da modernidade tornou viável a utilização das redes sociais com apenas um click, porém, com tal facilidade, notou-se o aumento da utilização das redes sociais para discriminar os grupos minoritários. A transfobia é a discriminação em relação às pessoas trans, indivíduos que não se identificam com o gênero atribuído na gestação, e ao não aceitarem a imposição do gênero masculino ou feminino, desenvolve-se um sentimento de estranhamento e aversão da sociedade com essas pessoas trans. Utiliza-se as redes sociais para pronunciar e compartilhar essa aversão. As manifestações transfóbicas foram coletadas de comentários, feitos por usuários do *Facebook*, encontrados em perfis oficiais de notícias da rede social. Ao examinar os comentários, o argumento predominante foi a crença no determinismo biológico, argumento fundamentado na concepção de que os órgãos reprodutores do indivíduo definem seu gênero. Os órgãos reprodutores determinam o papel social para o binarismo de gênero (homem ou mulher), e aqueles que discordam desse pensamento e decidem “mudar” e ou ultrapassar as barreiras do binarismo de gênero são vistos como “anormais”. Essa concepção de anormalidade em relação à transgeneridade constitui a transfobia, causando diversas discriminações e violências àqueles que a vivenciam.

Palavras-chave: transfobia; violência de gênero; pessoas trans; determinismo biológico

ABSTRACT

The present work sought to understand the argument used by those who do not accept the gender identity/expression of trans individuals. The current scenario of modernity has made the use of social networks feasible with just one click, however, with such ease, there has been an increase in the use of social networks to discriminate against minority groups. Transphobia is discrimination against trans people, individuals who do not identify with the gender assigned during pregnancy, and by not accepting the imposition of male or female gender, a feeling of estrangement and aversion from society towards these trans individuals develops. . Social networks are used to pronounce and share this aversion. The transphobic manifestations were collected from comments, made by Facebook users, found in official news profiles of the social network. When examining the comments, the predominant argument was the belief in biological determinism, an argument based on the conception that the individual's reproductive organs define their gender. The reproductive organs determine the social role for gender binary (male or female), and those who disagree with this thinking and decide to “change” and or overcome the barriers of gender binary are seen as “abnormal”. This conception of abnormality in relation to transgenderism constitutes transphobia, causing various types of discrimination and violence to those who experience it.

Keywords: transphobia; gender violence; trans people; biological determinism

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Reportagem selecionada do perfil oficial Gaúcha ZH.....	41
Figura 2 - Reportagem selecionada do perfil oficial Gaúcha ZH.....	42
Figura 3 - Reportagens selecionadas do perfil oficial Porto Alegre 24h.....	43
Figura 4 - Reportagens selecionadas do perfil oficial Porto Alegre 24h.....	45
Figura 5- Exemplos de manifestações transfóbicas de cunho determinista biológica observadas em comentários.....	46
Figura 6 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utilizam a “naturalidade” e o falseamento da mulher trans para reafirmar o determinismo biológico.....	46
Figura 7 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utilizam a desintegração civilizacional e o pânico moral para reafirmar o determinismo biológico.....	47
Figura 8 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utilizam argumentos religiosos e patologizantes subjacentes para reafirmar o determinismo biológico.....	48
Figura 9 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utiliza como argumento a masculinidade gaúcha (hegemônica).....	48
Figura 10 - Exemplos de manifestações transfóbicas que associam a transgeneridade e sexualidade.....	49
Figura 11- Exemplos de manifestações transfóbicas que vinculam a transgeneridade e posicionamento político.....	50
Figura 12- Quantificação dos comentários categorizados.....	58

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Quantificação dos comentários categorizados.....	59
--	----

LISTA DE SIGLAS

ANTRAL	Associação das Travestis e Liberados
ANTRA	Associação Nacional de Travestis e Transexuais
ABGLT	Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis
ABP	Associação Brasileira de Psiquiatria
CID	Código Internacional de Doenças
CNJ	Conselho Nacional de Justiça
CTG	Centro de Tradições Gaúchas
DEPPEN	Departamento de Polícia Penal do Paraná
ENTLAIDS	Encontro Nacional de Travestis na Luta Contra a AIDS
PSOL	Partido Socialismo e Liberdade
HIV/ Aids	<i>Human Immunodeficiency Virus</i>
LGBTQIA+	Lésbicas, Gays, Bissexuais, Transgêneros, Queer e o sinal “+” para reconhecer a diversidade de gênero e orientações sexuais
DSM- 5	Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais
ONG	Organização não governamental
OMS	Organização Mundial de Saúde
SMS	Secretaria Municipal de Saúde
STF	Supremo Tribunal Federal
SUS	Sistema Único de Saúde
TGEU	<i>Transgender Europe</i>
TJPR	Tribunal de Justiça do Estado do Paraná
UNESCO	Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

I. INTRODUÇÃO.....	8
II. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CONCEITO DE GÊNERO CONTEMPORÂNEO.....	12
2.1 MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: UM PANORAMA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS.....	20
2.2 PLURALIDADE DE GÊNERO: ENTENDIMENTOS SOBRE A IDENTIDADE, EXPRESSÃO DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL.....	25
III. UMA BREVE HISTÓRIA DOS DIREITOS LGBTQIA+ NO BRASIL.....	28
IV. TRANSFOBIA: CONSEQUÊNCIA DA “QUEBRA” DO PADRÃO DOMINANTE....	31
4.1 A <i>INTERNET</i> COMO DIFUSOR DA TRANSFOBIA.....	36
IV. MAPEANDO A TRANSFOBIA NA REDE SOCIAL FACEBOOK.....	39
5.1 ARGUMENTOS TRANSFÓBICOS OBSERVADOS EM COMENTÁRIOS NA REDE SOCIAL <i>FACEBOOK</i>.....	46
VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	59
REFERÊNCIAS.....	62
FONTES.....	66

I. INTRODUÇÃO

No dia 23 de março, Nicole Paim Nunes, uma mulher trans, foi insultada, ameaçada e agredida. Os insultos ocorreram em uma academia em que Nicole frequentava, onde um cliente proferiu a seguinte frase “esse putto, que nojo”¹. Após deixar a academia, Nicole foi seguida por três homens e um adolescente até uma praça, onde a vítima foi agredida a golpes de martelo, pedradas, socos e pontapés em Esteio (RS). As agressões foram impedidas por uma amiga da vítima. Nicole acredita que "Se estivesse sozinha, eu não estaria aqui hoje. Eu ia ter virado estatística". Discorro sobre o caso para explicitar o tipo de discriminação que uma pessoa trans pode sofrer no seu cotidiano.

A discriminação é compreendida como uma forma de tratamento negativo com uma pessoa por pertencer a um certo grupo (raça, gênero, classe social). Segundo Bandeira e Batista (2002), “quando a atitude ou o ato-pensamento denota ou estabelece a distinção entre ou sobre o(s) outro(s), então configura-se a discriminação, pois gera-se, necessariamente, o tratamento diferencial”. (p. 129) Dessa forma, a discriminação em relação à pessoa trans é denominada de transfobia, e se baseia no medo, desconforto, intolerância, rejeição, aversão, ódio, discriminação ou estigmatização à pessoa trans devido à sua identidade de gênero (UNESCO, 2017).

A transfobia é a consequência de um sistema binário de gênero na sociedade em que vivemos, baseado na existência de apenas dois gêneros (feminino e masculino), definidos conforme a identificação de cromossomos Y ou X², e também pela anatomia genitália (pênis ou vagina). Os gêneros possuem um lugar social próprio, onde a alteração de comportamentos, vestimentas e até o modo de falar podem gerar estranhamentos.

A binaridade de gênero está contida em duas categorias que separam os sujeitos, homens e mulheres. Estas que são definidas no nascimento do sujeito e que produzem a partir daí um corpo. Os pais, juntamente com a sociedade, reforçam certos tipos de comportamentos de acordo com o gênero dado para a criança no nascimento. Se for menina, o investimento passa pelas cores delicadas, vestidos, laços, bonecas, brincos, projetando, geralmente, um ideal de mulher, bonita, delicada e comportada (ROSSINI, 2018, p.10)

¹ G1 GLOBO. Mulher trans é agredida a marteladas na rua em Esteio; três homens foram presos, 2023. Disponível em: <https://g1.globo.com/rs/rio-grande-do-sul/noticia/2023/04/29/mulher-trans-e-agredida-a-marteladas-na-rua-em-esteio-tres-homens-foram-presos.ghtml>. Acesso em: 10 de julho de 2023

² Segundo a concepção biológica, os cromossomos X e Y determinam o sexo do indivíduo, sendo o sexo feminino normalmente definido como aquele que possui o mesmo tipo de cromossomos sexuais (XX), e o sexo masculino aquele que possui dois tipos distintos de cromossomos sexuais, um X e outro cromossomo Y. A presença do cromossomo Y é responsável por disparar o desenvolvimento de características masculinas, na “ausência” do cromossomo Y o feto vai desenvolver características femininas

Essa agressividade, preconceito, discriminação, intolerância, rejeição e violência, dirigida às identidades trans é definida como transfobia, “um processo de recusa histórica, social e cultural do modo como a pessoa trans constrói sua identidade de gênero e sua sexualidade” (FRANCO & CICILLINI, 2015, p. 330).

A identidade de gênero ³ é a percepção que a pessoa possui de si, em relação ao gênero feminino, masculino ou ambos, ou nenhum dos dois. Independe do sexo biológico. É a compreensão da pessoa sobre ela mesma, como ela se vê e deseja ser reconhecida. Pode ou não corresponder com o gênero que lhe foi atribuído ao nascer.

Neste trabalho, tratarei de pessoas transgênero ou pessoas trans, termo que pode funcionar como um conceito guarda-chuva, que não se refere a uma identidade fixa exclusivamente. Trata-se das pessoas que vivem a transgeneridade, porém, sem remeter à universalidade ou à integridade, pois o conceito de pessoa trans comporta dentro de si a referência às múltiplas experiências possíveis, como a travestilidade, a transexualidade e não-binaridade. (PODESTÁ, 2018, p.80) Entende-se a categoria de pessoa trans como categoria política produtiva para respeitar as diferenças entre pessoas trans de diferentes expressões de gênero e práticas sexuais, e para agrupar os interesses comuns, sob a experiência também comum a todas elas.

Em um momento em que se nota o aumento de 19% de medidas⁴ tomadas contra a transfobia em conteúdos (postagens, fotos, vídeos ou comentários) da rede social *Facebook* em 2021⁵ (G1 NOTÍCIAS, 2022), é necessário analisar o conteúdo dessas manifestações transfóbicas para então compreender quais elementos as caracterizam e, assim, auxiliar na criação de medidas que protejam a população trans dessa violência. A coleta de dados realizada durante a pesquisa, bem como as análises resultantes da mesma, pode ajudar a dar visibilidade do tema abordado, trazendo a discussão à tona no âmbito acadêmico e buscando ampliá-la no debate público. Buscou-se aqui conferir visibilidade ao tema e fornecer pontos para a reflexão acerca das narrativas midiáticas relativas às pessoas trans, especificamente no sul do país, visto que ainda há poucas pesquisas sobre esse problema.

³ Identidade de gênero é o termo utilizado para descrever a identificação interna do indivíduo com os modelos socioculturais de conduta de gênero que lhe são oferecidos pela sociedade, em determinado lugar e numa determinada época. É um dado individual de cada pessoa, dizendo respeito ao senso de cada pessoa quanto a ser mulher, homem ou trans. (LANZ, 2014, p.73)

⁴ As ações incluem desde a remoção de um conteúdo até medidas como a sinalização de fotos ou vídeos e a derrubada de contas devido a violação.

⁵ G1 GLOBO. Facebook aumenta ação sobre discurso de ódio em 2021 e diz que conteúdos foram vistos menos vezes, 2021. Disponível em: < <https://g1.globo.com/tecnologia/noticia/2022/03/01/facebook-aumenta-acao-sobre-discurso-de-odio-em-2021-e-diz-que-conteudos-foram-vistos-menos-vezes.ghtml>>. Acesso em: 02 dezembro, 2022.

Esta monografia pretende contribuir para o debate sobre gênero e sexualidade na mídia que têm como público-alvo a população trans que sofre com as manifestações transfóbicas *online*. A transfobia chega ao ciberespaço, assim como em todos os espaços de interação social (BARBOSA & SILVA, 2017) A desumanização das pessoas trans é banalizada e reforçada socialmente a partir de manifestações tanto no ciberespaço quanto fora dele. Ao realizar o estudo sobre os comentários discriminatórios que são postados por perfis de usuários nas páginas de notícias do Facebook, que noticiam eventos de Porto Alegre (RS), pretendeu-se compreender quais são os argumentos utilizados para invalidar a identidade de gênero da pessoa trans e qual argumento é o predominante em Porto Alegre.

O objetivo era compreender os fundamentos das manifestações transfóbicas reproduzidos nos comentários das postagens de perfis oficiais de notícias na rede social *Facebook* contra pessoas trans em Porto Alegre (RS). A partir da análise dos comentários feitos nas páginas de notícias, divulgadas no *Facebook*, sobre conteúdos referentes à população trans, propõe-se a seguinte pergunta de pesquisa: **o que fundamenta as manifestações transfóbicas nos comentários analisados e quais os argumentos predominantes utilizados para invalidar as identidades trans?**

Para responder a pergunta de pesquisa buscou-se identificar e quantificar as manifestações transfóbicas reproduzidas por perfis de usuários nos comentários das postagens de site de notícias na rede social *Facebook* que noticiam eventos de Porto Alegre (RS)

Para atingir tal objetivo, foram definidas as seguintes etapas: analisar as páginas de notícias no *Facebook*, em busca de notícias de eventos que ocorreram em Porto Alegre (RS) envolvendo pessoas trans; selecionar os comentários com manifestações transfóbicas; analisar e quantificar os argumentos utilizados para invalidar a identidade trans encontrado nos comentários.

A base dos dados utilizadas foram páginas de notícias (Porto Alegre 24 Horas e Gaúcha ZH) do *Facebook*. A escolha desses veículos de notícias foi baseada no padrão geográfico estabelecido pelos próprios veículos, pois a maioria das notícias publicadas por eles tratam de eventos ocorridos em Porto Alegre (RS). O recorte temporal foi de janeiro de 2022 a dezembro de 2022.

Após estabelecer a escolha das páginas de notícias, foram selecionadas duas postagens de notícias de cada página. As notícias foram selecionadas conforme o número de comentários e o conteúdo da notícia, em que a preferência foi de eventos que ocorreram em Porto Alegre ou na região sul do país

Os comentários das postagens foram analisados e aqueles que continham manifestações transfóbicas foram selecionados. Foram feitas capturas de tela dos comentários selecionados, as quais foram transferidas para um documento *Word*, a fim de tornar mais fácil a classificação. As informações coletadas foram categorizadas com o objetivo de identificar quais argumentos, posicionamentos, opiniões e percepções que fundamentam a transfobia nos dados coletados.

O presente trabalho está dividido em seis capítulos, sendo eles: Introdução; Algumas contribuições para o conceito de gênero contemporâneo; Uma breve história dos direitos LGBTQIA+ no Brasil; Transfobia: consequência da “quebra” do padrão dominante; Mapeando a transfobia na rede social *Facebook* e Considerações Finais.

No primeiro capítulo, discorro sobre a perspectiva de gênero de diversas autoras, como Judith Butler, Joan Scott, Raewyn Connell e Leticia Lanz, e como o determinismo biológico reproduziu uma visão preconceituosa e excludente na sociedade sobre o entendimento do que é gênero. Esse capítulo possui dois subcapítulos: no primeiro, intitulado “Masculinidade hegemônica: um panorama sobre a construção dos papéis sociais” trago o conceito de Raewyn Connell para tratar sobre os papéis sociais e a hierarquia de gênero. Também discorro sobre a homofobia e a hierarquização das sexualidade, trago o trabalho de Daniel Borrillo sobre a homofobia para estabelecer uma relação com a transfobia, e como o sistema binário de gênero e o regime heterossexual caminham juntas.

No subcapítulo “Pluralidade de gênero: entendimentos sobre a identidade, expressão de gênero e orientação sexual” trago uma perspectiva sobre a diversidade de gênero e as questões que a norteiam.

No segundo capítulo discorre-se sobre a história das políticas públicas LGBTQIA+ e trans. Ao trazer esses dados, procuro situar como a transfobia é um problema social no Brasil e que, apesar das políticas desenvolvidas, esse grupo de indivíduos sofre violência. Os dados explorados neste capítulo irão auxiliar na compreensão do tema e também para introduzir o tema transfobia.

No terceiro capítulo trago a discussão sobre transfobia, a qual é consequência da violência de gênero. Trago dados dessas formas discriminação contra indivíduos que vivem a transgeneridade. Trata-se da visão de anormalidade que foi determinada para quem foge do sistema binário de gênero, e as consequências para os indivíduos que se situam além da “regra de gênero”. O subcapítulo “A *internet* como difusora da transfobia” discorre sobre a internet como ferramenta de compartilhamento da transfobia.

No quarto capítulo trago a escolha metodológica da pesquisa. Os dados foram analisados da perspectiva da Análise de Discurso, a qual se dedica à análise da estrutura de um texto e, a partir disso, compreender as construções ideológicas/históricas e linguísticas presentes no mesmo. Trago também o levantamento de dados da pesquisa, discorro sobre os detalhes das notícias selecionadas e os critérios para suas escolhas. No subcapítulo “Argumentos transfóbicos observados em comentários na rede social *Facebook*” trago os comentários que foram analisados. Em busca de um maior entendimento sobre os argumentos utilizados nas manifestações transfóbicas, concluímos que o determinismo biológico é o argumento predominante, e que algumas questões são utilizadas para reafirmar essa visão. Os demais argumentos encontrados são apresentados nesse capítulo. A quantificação dos dados levantados também é apresentada, trago alguns dados gerais sobre a análise dos comentários, referentes à quantidade e gênero do comentador. No quinto e último capítulo também trago as considerações finais da pesquisa.

II. ALGUMAS CONTRIBUIÇÕES PARA O CONCEITO DE GÊNERO CONTEMPORÂNEO

O movimento feminista foi o percussor de estudos de gênero, segundo Podestà (2018), “movimento feminista teórico deve ser visto como um conjunto relativamente global de teorias e noções diversificadas, múltiplas e que estão em permanente diálogo, muito embora afastadas no tempo e no espaço”. (p.20) Conforme o autor, existe ainda uma grande tensão entre gênero, sexo e sexualidade, sendo atual a distinção entre sexo e gênero.

Lanz (2014) ressalta que “embora sejam dois conceitos inteiramente distintos, na prática diária é quase absoluta a identidade entre “sexo” e “gênero”: todo mundo “acha” que alguém já nasce homem ou mulher” (p.45), contradizendo a afirmação de Simone de Beauvoir de que “ninguém nasce mulher, mas aprende a ser” (BEAUVOIR, 1970) Em virtude da naturalização do sexo como fonte das construções sociais relacionadas a gênero, é comum as pessoas tomarem uma coisa pela outra no seu dia a dia.

A autora ressalta que o sexo se refere às diferenças genéticas, fisiológicas e anatômicas entre a genitália do macho e da fêmea da espécie humana, enquanto gênero é um dispositivo de controle social instituído com base em normas de conduta culturais, políticas, jurídicas, etc. Em suma, “cada cultura possui suas próprias normas sobre a forma como as pessoas devem se comportar com base em seu sexo genital de nascimento” (LANZ, 2014, p.40)

Para Joan Scott, o conceito de gênero se relaciona com relações sociais e poder, sendo “gênero um elemento constitutivo de relações sociais baseado nas diferenças percebidas entre os sexos, e o gênero é uma forma primeira de significar as relações de poder” (SCOTT,1995, p.21) O gênero não é um conceito que descreva as relações entre homens e mulheres, mas “uma categoria teórica referida a um conjunto de significados e símbolos construídos sobre a base da percepção da diferença sexual” (CARVALHO, 2011, p.104). Esses significados são utilizados na compreensão de toda a sociedade, incluindo as relações sociais e, particularmente, as relações entre homens e mulheres. São parte de um sistema simbólico que permite a diferentes sociedades classificar, diferenciar e hierarquizar não apenas homens e mulheres, mas instituições, ações sociais, estruturas políticas etc.

O gênero é, portanto, um meio de decodificar o sentido e de compreender as relações complexas entre diversas formas de interação humana. Quando os cientistas procuram encontrar as maneiras como o conceito de gênero legitima e constrói as relações sociais, “eles/elas começam a compreender a natureza recíproca do gênero e da sociedade e das formas particulares, situadas em contextos específicos, como a política constrói o gênero e o gênero constrói a política”. (SCOTT,1995, p.23)

Connell (1997) define gênero como “uma forma de ordenamento da prática social” (1997, p. 35), ao afirmar que masculinidades e feminilidades são configurações de práticas de gênero, que se transformam ao longo do tempo, seja em razão de mudanças externas (econômicas, tecnológicas etc.), seja em razão da dinâmica mesma dessas relações. Além disso, as configurações de gênero podem ser encontradas tanto na vida individual como em instituições como o Estado, o mercado de trabalho ou a escola. Por isso, o gênero está “inevitavelmente envolvido com outras estruturas sociais” (p. 38,) e interage com outras relações de poder tais como as relações de classe e de raça. A hierarquia no interior dessas relações de gênero situam os homens (geralmente brancos e heterossexuais) em um lugar de privilegio em relação às mulheres, às outras orientações sexuais e identidade de gênero

Nessa complexa rede de relações, a autora vai localizar, então, a coexistência de diversas masculinidades em uma disputa permanente e dinâmica, Connell afirma que as masculinidades estão constantemente em relação umas com as outras, num processo de disputa pelo poder. Connell define a masculinidade hegemônica como “a configuração de prática de gênero que encarna a resposta correntemente aceita ao problema da legitimidade do patriarcado, a que garante (ou que se toma para garantir) a posição dominante dos homens e a subordinação das mulheres” (p. 39). A hegemonia conquista-se principalmente pela via da

autoridade, do convencimento implícito, muito mais que pela violência direta. Ela significa não apenas a dominação dos homens sobre as mulheres, mas a existência de uma disputa constante entre grupos de homens entre os quais se estabelecem relações de poder.

O conceito de masculinidade hegemônica norteia o entendimento sobre a continuidade da dominação dos homens sobre as mulheres. E, ao mesmo tempo, “auxilia na percepção de que dentro do grupo de pessoas do sexo masculino também se estabelecem hierarquias, relações de poder, dominação, subordinação, privilégios e negociações, como as masculinidades subordinadas, cujo exemplo mais evidente é a masculinidade gay”. (CARVALHO, 2011, p. 113)

Nas sociedades ocidentais contemporâneas, a identidade de gênero binária (composta pelo gênero feminino ou masculino) é entendida a partir de duas perspectivas. Segundo Lima e Broens (2019), “há os defensores do entendimento da identidade de gêneros naturalmente fundamentada em determinações biológicas, as quais supostamente circunscrevem com precisão as identidades sexuais feminina e masculina” (p.3). Por outro lado, “considerando a falta de efetiva sustentação empírica da concepção anterior, os críticos desse determinismo biológico focalizam em seus estudos os padrões sócio-culturais das identidades de gênero” (p.3).

Na primeira perspectiva, a identidade de gênero tem fundamento em aspectos considerados “naturais” da pessoa. Seus defensores sustentam a existência de dois gêneros, sendo eles: masculino e feminino. Segundo essa visão, homens e mulheres distinguem-se naturalmente por diversos aspectos corporais (estrutura anatômica interna, volume da massa muscular, altura e, principalmente, devido às diferenças dos órgãos genitais). Por essa identidade ser considerada “natural”, o próprio termo gênero se tornaria supérfluo nessa perspectiva (PRECIADO, 2018).

Para Lima e Broens (2019) a visão determinista biológica pode ser caracterizada como “ordinária porque seu entendimento é amplamente difundido em sociedades ocidentais, como é o caso do Brasil” (p.93). Contudo, há casos em que pessoas nascem com uma identidade sexual biológica distinta do visto como “natural”, que não se enquadra nos padrões sexuais pressupostos. Esse é o caso, por exemplo, da intersexualidade⁶.

Como consequência da visão ordinária que pressupõe bases biológicas da identidade sexual da pessoa claramente discernível, pessoas intersexuais costumam ser forçadas a

⁶ Pessoas intersexo nascem com características físicas sexuais que não se encaixam nas definições típicas do binarismo de gênero. Essas características podem se manifestar na anatomia, nos órgãos reprodutores, nos cromossomos e nos hormônios. Como o caso da influenciadora e youtuber Karen Bachini, que possui os órgãos reprodutores e genitais feminino, mas não produz hormônios.

adequar seu corpo aos padrões sexuais binários mediante mecanismos bioquímicos e cirúrgicos. Essa visão ordinária da predominância do sexo de nascimento como determinante da identidade de gênero, além de definir a natureza do “ser homem” e do “ser mulher” a partir de características corporais, também pressupõe existirem padrões psicológicos “naturais,” determinantes da conduta feminina e masculina.

Nesse sentido, o homem e a mulher não seriam distintos apenas como resultado de suas respectivas determinações biológicas: tais determinações biológicas se estenderiam às capacidades cognitivas e respectivos papéis sociais hierarquizados de cada gênero. (LIMA; BROENS, 2019) O padrão de masculinidade é associado à atividade física, à razão, à lógica, às ambições e à vida política, enquanto o padrão de feminilidade aparece associado à emoção, à insensatez e à vida doméstica. Como consequência desse atrelamento cultural à identidade sexual, temos diversos problemas sociais, como o machismo e a transfobia.

A segunda perspectiva, a qual será utilizada como parâmetro para analisar os dados dessa pesquisa, realiza uma crítica à visão determinista. Lanz (2014) define gênero como uma construção social que varia intensamente de cultura para cultura e de época para época, que diz respeito às expectativas sociais de desempenho que cada ser humano deve atender tendo em vista o seu sexo genital. Por definição, a nossa cultura, assim como toda a cultura ocidental, reconhece a existência de duas categorias de gênero: masculino e feminino ou homem e mulher. Essas duas categorias tentam naturalmente espelhar as duas principais categorias do sexo genital – macho e fêmea – das quais o dispositivo binário de gênero se apropria para classificar os indivíduos nascidos machos e fêmeas respectivamente em homens e mulheres. (LANZ, 2014, p.39) Além da divisão binária, existe a crença da superioridade de um gênero sobre o outro, aquilo que é associado ao gênero inferior (a feminilidade, passividade) sofre rejeição/discriminação em relação ao gênero dominante.

Judith Butler (2018) traz em seus escritos o questionamento em relação ao sentido que damos ao gênero e à divisão entre gênero e sexo - sentido que é compreendido e reproduzido pela sociedade contemporânea, conforme exposto anteriormente. A autora argumenta que não há nada que possa ser chamado de sexo verdadeiro por trás da identidade de gênero e que possa ser tomado como a causa e a base biológica do gênero. A identidade de gênero, que é construída como um ideal normativo e regulatório nas redes de poder/saber, é que seria a base da existência do sexo.

Considerando que o “sexo” é uma interpretação política e cultural do corpo, não existe a distinção sexo/gênero em linhas convencionais; o gênero é embutido no sexo, e o sexo

mostra ter sido gênero desde o princípio. (BUTLER, 2018, p.153). Segundo Lanz (2014), o sexo sempre foi gênero, uma vez que os padrões de conduta de gênero são impressos no corpo, que os incorpora e os repete mecânica e compulsivamente, do berço ao túmulo (LANZ, 2014, p.51)

Para Butler (2018), ao colocarmos todos em um único conceito identitário, excluimos todas as outras possibilidades de construção do sujeito. Além disso, a construção de gênero não seria um fator identitário, mas muito mais um ato performativo, assim podemos performar⁷ diferentes gêneros em situações distintas.

Para Butler, gênero é uma construção a partir da cultura não sendo algo que está acabado, estando constantemente em construção através do tempo, constituindo um fenômeno inconstante e contextual, desta forma gênero passa a ser visto como um ato performativo. (COELHO, 2018, p.17)

A autora parte da concepção de que o gênero é entendido pela sociedade segundo uma divisão binária, e a construção da ideia de sujeito depende do modelo binário (homem/mulher) baseado em sexo/gênero. Desta maneira, “Butler começa a traçar o seu conceito de gênero como algo além das estruturas e aberto à multiplicidade subversiva, para assim cunhar a ideia de gênero como um ato performativo”. (COELHO, 2018, p.21)

Esse ato que alguém performa, é, de certa forma, um manual que já estava sendo utilizado antes de esse indivíduo performar a norma de gênero. Sendo assim, “o gênero é um ato que já foi ensaiado, assim como um roteiro sobrevive aos atores específicos que fazem uso dele, mas depende de atores individuais para ser novamente atualizado e reproduzido como realidade” (BUTLER, 2018, p.10-11). E essa performance tem o objetivo estratégico de manter o gênero em uma estrutura binária.

Gênero é uma atividade incessante realizada sem se estar sabendo e sem nossa vontade, mas, mesmo assim, não de forma automática ou mecânica. Não se produz sozinho, sendo sempre “feito” com ou para o outro, mesmo que este outro seja imaginário:

O gênero não deve ser constituído como uma identidade estável ou um lócus de ação do qual decorrem vários atos; em vez disso, o gênero é uma identidade tenuamente constituída no tempo, instituído num espaço externo por meio de uma repetição estilizada de atos. (BUTLER, 2018, p.187).

O que caracteriza o gênero é que ele deriva de significados culturais assumidos pelo corpo sexuado; este corpo que assimila o gênero a partir de uma repetição estilizada de atos, a qual é regulada pelas normas que regem nossa sociedade. Segundo Butler (2018), “a

⁷ Segundo Rodrigues: “Butler vai pensar o gênero como performance, um tipo de performance que pode se dar em qualquer corpo, portanto desconectado da ideia de que a cada corpo corresponderia somente um gênero.” (RODRIGUES, 2012, p.11)

identidade de gênero é uma realização performativa compelida por sanções sociais e tabus. É precisamente no caráter performativo da identidade de gênero que reside a possibilidade de questionar sua condição reificada” (p.3)

A repetição, as vestimentas, olhares e maneiras acabam por transformar a pessoa naquilo que ela acredita ser; entretanto, ela, fazendo cópia daquilo que não tem original, cria algo próprio, um gênero que representa. “Qualquer pessoa, cis ou trans, homem ou mulher, executa o gênero como uma atividade. Não se trata de ser ou ter, mas de fazer, quase no sentido de inventar; é uma prática não mecânica, não automática, mas mais uma improvisação, um teatro, em um cenário mais ou menos restritivo e condicionante” (PODESTÀ, 2018, p.23) Dessa forma, gênero é um ato performativo.

O gênero se realiza de maneiras por meio das quais não nos tornamos conscientes, mas, ao mesmo tempo, isto não significa que a performatividade seja algo automático, pois temos desejos que não se formam em nós como indivíduos, mas sim, derivam das normas sociais.

Butler argumenta que passamos nossas vidas permanentemente engajados em atos performativos de gênero, e que isso é tão mecânico e automático que a maioria de nós sequer se dá conta de estar apenas fazendo uma performance. Uma das ideias-chave é essa identidade de gênero desconectada de qualquer essência, desligada de qualquer eu interior, mas continuamente produzida e reproduzida graças ao caráter performativo do gênero. Vista sob esse ângulo, a identidade de gênero não pressupõe a existência de nenhum eu autêntico interno, sendo muito ao contrário, segundo Butler, apenas o efeito dramático (e não a causa) de todos os atos performativos de gênero que todos nós desempenhamos, compulsiva e compulsoriamente, contínua e ininterruptamente, ao longo das nossas vidas (LANZ, 2014, p.56)

A normatividade do gênero também cria um espectro de normalidade e anormalidade.

Ao tratar sobre normal e anormal, Canguilhem (2009) enfatiza que existem duas formas de se definir o normal. A primeira toma o termo como um fato normal; isto é, aquilo que é mais prevalente, aquilo que é mais constante, mais frequente, numa determinada população; é algo detectado pela observação e objetivamente mensurável. Ao lado desta definição existe, imersa no uso habitual dessa palavra, uma outra, na qual o “normal” é concebido não apenas como aquilo que “é”, mas como aquilo que “deve ser.” Nesta perspectiva, existe um critério normativo, que define o normal a partir de um valor, e não de um fato.

Conforme Podestà (2018), Butler acredita que, ao contrário do que o poder faz parecer, a norma depende do anormal para funcionar e a transgressão⁸ é prevista pela sua

⁸ Transgressão é um termo que designa o ato de romper, cruzar, transpor, atravessar, exceder, ultrapassar e ir além dos limites estabelecidos por uma norma que institui e demarca tais limites, seja ela do campo moral,

regra.

As zonas de anormalidades são zonas criminosas, desvairadas, aberrantes, para a regulação e para a norma. A transgressão do gênero é uma citação incorreta dos elementos do gênero – uma mulher com pênis, um homem com vagina – e aciona de imediato os mecanismos de regulação para abafar e resolver a falha de gênero (PODESTÀ,2018, p.25).

A ‘falha’ de gênero no corpo de uma pessoa trans ou intersexual é entendida na sociedade como uma transgressão de gênero, na qual o corpo não é inteligível conforme a norma. É, portanto, “anormal.” Contudo, transgredir a norma não é derrubá-la, revolucioná-la, tampouco fugir a ela, ou estar fora dela, “porque o anormal é definido em termos do normal (e vice-versa): a transgressão é um deslocamento sutil, sempre em relação à norma” (PODESTÀ,2018, p.25) Se o dispositivo de gênero fosse capaz de legitimar toda e qualquer identidade de gênero – e não apenas o binário homem/mulher ou masculino/feminino – ou se, no melhor dos mundos, esse dispositivo deixasse de existir – as transgressões de gênero naturalmente também desapareceriam e ninguém seria mais classificado como trans ou gênero-divergente. Afinal, é a norma que cria a infração da norma; se a norma é extinta, deixa de haver infração. (LANZ, 2014, p.24)

É a partir da performatividade de gênero que determinados sujeitos se tornam reconhecidos. É ao limitar quem conta como sujeito e quem não conta que a performatividade se liga à precariedade. Assim, só se tornam sujeitos aqueles que se enquadram dentro dos limites da performatividade impostos pelo poder e aqueles que não se enquadram estão condenados a modelos de vida precarizados. “O gênero age sobre os corpos como uma norma regulatória, mas também é influenciado por outros tipos de regulamentos que regem nossa vida social, não se produzindo sozinho, estando sempre em relação com ou para o outro”. (COELHO,2018, p.97)

Gênero é um mecanismo através do qual as noções de masculino e feminino são produzidas e naturalizadas, a partir do qual as sociedades constroem normas que regulam e materializam o gênero dos sujeitos. Essas normas regulatórias precisam ser constantemente reiteradas para que tal materialização se corporifique e permaneça corporificada. Para Butler (2018) “os corpos não se conformam, nunca, completamente, às normas pelas quais sua materialização é imposta, motivo pelo qual, para que possam exercer seus efeitos, essas normas precisam ser constantemente citadas, reconhecidas e reiteradas em sua autoridade” (p.170). As normas regulatórias do gênero têm, portanto, um “caráter performativo, isto é, têm um poder continuado e repetido de produzir aquilo que nomeiam e, sendo assim, elas

religioso, cultural, político, etc. (LANZ,2014, p.62)

reiteram, constantemente, a lógica dominante da heteronormatividade” (LOURO, 2001, p.548)

Portanto, o gênero consiste em uma norma, que regula interações sociais na superfície e dentro dos nossos corpos, através de mecanismos dos mais diversos, por instituições como escola, família, lei, medicina, ciência e etc. Desta forma, um corpo produzido sob essa norma é considerado inteligível, socialmente aceito, porque mantém as linhas de coerência entre sexo, gênero, desejo e identidade.

Para Butler não existe nada que possa ser tomado como um núcleo estável do gênero, pois o gênero (e o sexo) não passa de uma ficção sustentada por uma incessante performance:

Consideremos ainda a consequência de que, se o gênero é algo que a pessoa se torna — mas nunca pode ser —, então o próprio gênero é uma espécie de devir ou atividade, e não deve ser concebido como substantivo, como coisa substantiva ou marcador cultural estático, mas antes como uma ação incessante e repetida de algum tipo. (BUTLER, 2018, p. 152)

O gênero é construído em conformidade com um modelo de verdade e falsidade que não só contradiz a sua própria fluidez performativa, mas serve a uma política social de regulação e controle do gênero. Performar o gênero de maneira “errada” desencadeia uma série de punições, e performá-lo bem proporciona uma sensação de garantia de que existe um essencialismo na identidade de gênero. “Que um sentimento de angústia tome facilmente o lugar dessa garantia, e que a cultura castigue ou marginalize prontamente quem não consegue representar a ilusão de um gênero essencialista, a verdade ou a falsidade de gênero são apenas socialmente impostas” (BUTLER, 2018, p.14-15)

Sendo o gênero uma performance, que envolve consequências punitivas, a expressão de gênero já se tornou parte da sociedade ocidental. Dessa maneira, quem não efetua a sua expressão de gênero de modo “adequado” é regularmente punido. E ao “quebrar” as regras de gênero, ocorre a violência⁹ de gênero, um efeito do sistema de gênero. Podestà (2019) entende que a transfobia possui semelhanças com a violência de gênero, pois “as pessoas transgêneras são desqualificadas e violadas por uma atribuição de gênero biologizante, com a qual não se identificam”. (PODESTÀ, 2019, p.5)

Tanto a homofobia quanto a transfobia têm uma raiz comum – o sistema de gênero – e cada uma delas toma certas especificidades. Nele, qualquer rompimento da continuidade e da coerência do sexo, corpo, eu e desejo sujeita a pessoa transgressora a variadas formas de violência. A divergência da norma da heterossexualidade sujeita a pessoa à homofobia, bem como a divergência da norma de gênero sujeita a pessoa à transfobia. Frequentemente a homofobia e a transfobia

⁹ Xavier Crettiez (2009), discorre sobre a violência, “a qual é um ato sempre intencional de coerção que se serve de força física ou de constrangimento, para exercer ação sobre alguém ou obrigá-lo a agir de determinada maneira contra a própria vontade, gerando dor e sofrimento” (p.13-14).

são definidas como associadas ao medo e ao ódio ao diferente. (PODESTÀ,2019, p.13)

O conceito de transfobia, conforme Podestà (2019) é entendido como um conjunto heterogêneo de violências contra pessoas trans, como a violência moral, sexual, física, discursiva, simbólica, etc. O conceito de transfobia também se refere a violências muito específicas que atingem pessoas trans, como a exposição genital para verificação do gênero, uma violência correlata à generalização – imposição forçada do gênero – e o desrespeito ao nome social, escolhido pela pessoa trans.

A transfobia remete a processos violentos em níveis coletivos, não apenas reportando-se a comportamentos individuais ou à literalidade do sufixo “fobia. A partir do simbólico, a violência física passa a ser também a expressão material da violência de gênero, “que pretende a violação da integridade física ou a supressão da vida, acompanhada da inflição de dor e sofrimento”. (PODESTÀ, 2019, p.5)

A seguir, trago a contribuição de Connell sobre a construção dos papéis sociais, ao desenvolver o conceito de masculinidade hegemônica da autora. Estabeleço uma ligação com o trabalho de Daniel Borrillo, o qual destaca a homofobia como uma consequência da hierarquização das sexualidade.

2.1 MASCULINIDADE HEGEMÔNICA: UM PANORAMA SOBRE A CONSTRUÇÃO DOS PAPÉIS SOCIAIS

A socióloga Raewyn Connell desenvolveu uma teoria da ordem de gênero que reconhece as múltiplas masculinidades que variam ao longo da história, da cultura e do indivíduo. Sendo o gênero masculino visto como dominante no padrão binário, e as masculinidades hegemônicas, se pautam pela heterossexualidade. Sendo a heteronormatividade como um componente importante da ordem de gênero dominante O binarismo de gênero e a heterossexualidade compulsória servem como estrutura para a construção da identidade individual, e funciona por antagonismo, o homem é o oposta da mulher e o heterossexual é o oposto do homossexual. Na sociedade ocidental, os valores apreciados são os masculinos, sendo assim, “a sua “traição” pode desencadear severas condenações. Sendo o cúmulo da falta de virilidade se assemelhar a feminilidade”. (BORRILLO, 2021, p.68)

Conforme a autora, “A masculinidade é uma configuração de práticas em torno da posição dos homens na estrutura das relações de gênero. Existe, normalmente, mais de uma

configuração desse tipo em qualquer ordem de gênero de uma sociedade. Em reconhecimento desse fato, tem-se tornado comum falar de "masculinidades" (1985, p.4)

A autora ressalta que, ao se pensar em masculinidades, existem dois aspectos: Primeiramente, diferentes masculinidades são produzidas no mesmo contexto social; as relações de gênero incluem relações entre homens, relações de dominação, marginalização e cumplicidade. Uma determinada forma hegemônica de masculinidade tem outras masculinidades agrupadas em torno dela. Dessa forma, a masculinidade hegemônica é produzida em conjunto com as outras masculinidades.

Segundamente, todas as formas de masculinidades são complexas e até mesmo contraditórias. Segundo Connell (1985), “Freud enfatizava a presença da feminilidade dentro da personalidade dos homens e da masculinidade dentro da personalidade das mulheres” (p. 5)

Essa contradição torna essencial uma definição de masculinidade que não trate gênero simplesmente com uma categoria de pessoas. Se a masculinidade significasse simplesmente as características dos homens, não poderíamos falar da feminilidade nos homens ou da masculinidade nas mulheres (exceto como desvio) e deixaríamos de compreender a dinâmica do gênero. O gênero é relacional, e “os padrões de masculinidade são socialmente definidos em oposição a algum modelo (real ou imaginário) da feminilidade” (CONNELL, 2013, p.25) Dessa forma, as mulheres são centrais em muitos dos processos de construção das masculinidades – como mães, colegas de classe, namoradas, parceiras sexuais e esposas; como trabalhadoras na divisão sexual do trabalho.

As masculinidades estão constantemente mudando conforme a história, e a sua construção envolve encontros complexos com instituições (como escolas e mercados de trabalho) e com forças culturais (a comunicação de massa, a religião e o feminismo). “Esses encontros têm uma estrutura dialética e não uma estrutura mecânica. Rapazes e garotas podem lutar contra a instituição ou a força cultural, bem como aceitar sua estampa”. (CONNELL,1985, p.6) As masculinidades são configurações da prática que são construídas, reveladas e transformadas ao longo do tempo.

Além da historicidade, as masculinidades competem entre si para atingir a hegemonia, pois a posição dominante na ordem do gênero propicia vantagens materiais bem como vantagens psicológicas e isso faz com ocorra a disputa. Dessa forma, o padrão de masculinidade hegemônica está sujeito ou a ser contestado ou a ser transformado ao longo do tempo.

A masculinidade hegemônica se distinguiu de outras masculinidades, especialmente das masculinidades subordinadas. A masculinidade hegemônica não se assumiu normal num sentido estatístico; apenas uma minoria dos homens talvez a adote. Mas certamente ela é normativa. Ela incorpora a forma mais honrada de ser um homem, ela exige que todos os outros homens se posicionem em relação a ela e legitima ideologicamente a subordinação global das mulheres aos homens. (CONNELL, 2013, p.5)

Desse modo, as masculinidades hegemônicas podem ser construídas de forma que não corresponde verdadeiramente à vida de nenhum homem real. Mesmo assim, esses modelos expressam, em vários sentidos, ideais, fantasias e desejos muito difundidos. Eles oferecem modelos de relações com as mulheres e soluções aos problemas das relações de gênero.

Os homens podem adotar a masculinidade hegemônica quando é desejável, mas os mesmos homens podem se distanciar estrategicamente da masculinidade hegemônica em outros momentos. “A ‘masculinidade’ representa não um tipo determinado de homem, mas, em vez disso, uma forma como os homens se posicionam através de práticas discursivas”. (CONNELL, 2013, p.17)

O conceito de masculinidade hegemônica é baseado na prática que permite a continuidade da dominação coletiva dos homens sobre as mulheres e, em diversos contextos, a masculinidade hegemônica realmente se refere a práticas tóxicas realizadas pelos homens, “incluindo a violência física – que estabilizam a dominação de gênero em um contexto particular” (CONNELL, 1985, p.15). Contudo, a autora destaca que a violência e outras práticas nocivas não são sempre as características definidoras.

Ao discorrer sobre a importância da incorporação das práticas masculinas para a identidade e para o comportamento em diversos contextos, Connell (2013) ressalta que “as habilidades corporais se tornam um indicador primeiro de masculinidade, conforme vemos no esporte. Essa é uma forma-chave de ligação entre a masculinidade e a heterossexualidade na cultura ocidental, com prestígio dado aos meninos com parcerias heterossexuais e o aprendizado sexual imaginado como exploração e conquista” (CONNELL, 2013, p. 29) Essa incorporação das masculinidades passa por instituições, relações econômicas e pessoais, símbolos culturais, o que torna difícil a sua não incorporação.

Uma pessoa não é livre para adotar qualquer posição de gênero em interação, simplesmente como um movimento discursivo ou reflexivo. As possibilidades são massivamente limitadas pelos processos de incorporação, pelas histórias institucionais, pelas forças econômicas e pelas relações familiares e pessoais. Os custos de se fazerem determinadas escolhas discursivas podem ser muito altos – como mostrado pelos índices de suicídio dentre pessoas envolvidas em mudanças transexuais, a coerção também emerge no interior da própria pessoa. (CONNELL, 2013, p.18)

Portanto, existem múltiplas masculinidades e feminilidades, que se relacionam entre si dentro de estruturas de poder, hierarquizando não apenas homens de um lado e mulheres de outro, mas também certos homens perante outros, de forma articulada às relações de classe, raça, orientação sexual etc. A masculinidade hegemônica submete as demais masculinidades principalmente pela via da autoridade. “Ela significa não apenas a dominação dos homens sobre as mulheres, mas a existência de uma disputa constante entre grupos de homens entre os quais se estabelecem relações de poder.” (CARVALHO, 2011, p.15)

As masculinidades subordinadas a que Connell se refere seriam a masculinidade gay, a masculinidade cúmplice (que não questiona as formas hegemônicas, mas também não enfatiza seus aspectos mais explícitos), a masculinidade marginalizada (seja pelo desemprego e a pobreza, seja pelas desigualdades raciais) ou a masculinidade de protesto (que, constatando sua exclusão dos núcleos de poder, buscam formas de demarcar diferenças perante a masculinidade hegemônica).

Ao tratar sobre masculinidade gay, é importante ressaltar o sistema de hierarquização das sexualidade, a qual confere um status superior à heterossexualidade. Segundo o Borrillo (2021), a diferença homo/hétero ordena um regime das sexualidades em que os comportamentos heterossexuais são os únicos que merecem qualificação de modelo social e de referência para qualquer outra sexualidade. Dessa maneira, a homofobia é uma forma de preconceito e aversão às homossexualidades em geral, e evidencia que a mesma lógica das outras formas de violência e inferiorização alimenta esse sistema de hierarquização das sexualidades¹⁰.

Do mesmo modo que a xenofobia, o racismo ou o antissemitismo, a homofobia é uma manifestação arbitrária que consiste em designar o outro como contrário, inferior ou anormal; por sua diferença irreduzível, ele é posicionado a distância, fora do universo comum dos humanos. (BORRILLO, 2021, p.13)

Conforme Borrillo (2021), a homossexualidade desperta um sentimento de negação e hostilidade pois é percebida como uma etapa suplementar do processo de decadência psicológica e moral das sociedades contemporâneas, “a homossexualidade representa a etapa mais acabada da desintegração civilizacional” (p. 74)

A heterossexualidade é entendida como a única forma de sexualidade capaz de associar prazer individual e coesão social, no sentido em que ela atua na reprodução da

¹⁰ É o padrão para avaliar todas as outras sexualidades. Essa qualidade normativa, assim como o ideal que ela encarna, é constitutiva de uma forma específica de dominação, chamada heterossexismo, que se define como a crença na existência de uma hierarquia das sexualidades, na qual a heterossexualidade ocupa a posição superior. Todas as outras formas de sexualidade são consideradas, na melhor das hipóteses, incompletas, acidentais e perversas; e, na pior, patológicas, criminosas, imorais e destruidoras da civilização. (BORRILLO, 2021, p.31)

espécie humana, é vista como a sexualidade “correta”, pois os órgãos reprodutores femininos e masculinos atuam como pares, e a interação deles geram uma nova vida. Dessa forma, qualquer forma de sexualidade dissociada da reprodução aparece como suspeita, por fazer proceder à sobrevivência do indivíduo à da espécie.

A repressão da homossexualidade é justificada, nesse ideologia, como uma espécie de “legítima defesa” social. Em que, a legitimação da homossexualidade equivale a colocar em perigo a sociedade, sendo enfatizada a incapacidade reprodutora, em que a reprodução qualifica o interesse social de uma sexualidade em detrimento de outra.

Sendo assim, o sexismo e a homofobia são instrumentos necessários para a manutenção do regime binário (e hierarquizado) das sexualidades. Além disso, a divisão dos gêneros e o desejo (hétero) sexual funcionam como um dispositivo de reprodução da ordem social. Dessa forma, a homofobia em geral manifesta hostilidade não só a gays e lésbicas, mas também a qualquer indivíduo que não se adapte aos papéis “determinados” pelo sexo biológico

A homofobia torna-se a guardiã das fronteiras tanto sexuais quanto de gênero. Eis por que os homossexuais deixaram de ser as únicas vítimas da violência homofóbica, que acaba visando, igualmente, todos aqueles que não aderem à ordem clássica dos gêneros: travestis, transexuais, bissexuais, mulheres heterossexuais dotadas de fortes personalidades, homens heterossexuais delicados ou que manifestam grande sensibilidade... (BORRILLO,2021, p.16)

Pessoas que não adaptam a norma, “aquelas com total repúdio ao enquadramento de gênero recebido ao nascer e a conseqüente busca pelo reenquadramento na categoria de gênero oposta àquela para a qual a pessoa foi originalmente designada,” (LANZ, 2014, p.27) ultrapassam e confrontam de muitas e de diversas maneiras os padrões dominantes, ao praticar “violações” como vestir-se, com roupas culturalmente designadas para o gênero oposto ao delas.

De maneira sutil ou ostensiva, ela passa a ser sistematicamente excluída do convívio com pessoas normais, ou seja, as pessoas generadas (leia-se: obedientes, perfeitamente enquadradas e submissas ao dispositivo de gênero). Dependendo de como a sociedade enxergue a natureza da sua transgressão, pode passar a ser tratada como pervertida e depravada ou como doente mental. Para transgressores de gênero, tudo que a sociedade reserva é o estigma, a marginalização, a exclusão, e o limbo social (LANZ, 2014, p.65).

A transgeneridade é uma contradição de uma pessoa relativamente à sua própria generalização (imposição forçada de um gênero, a partir da avaliação do sexo genital, durante a gravidez ou no nascimento). Esse conceito é utilizado para abranger todas as pessoas que extrapolam a norma, conforme Podestà:

Sobre essa definição ampla da transgeneridade, eu quero fazer duas observações: (1) a definição não aponta para identidades específicas de pessoas trans, como homem trans, travesti ou pessoa não-binária; (2) a definição comporta os muitos níveis de violação à norma de gênero; assim, estão dentro da definição as violações mais leves e mais graves, as violações mais ocasionais e as mais permanentes, duradouras. Conforme veremos, é na definição de transgeneridade que reside a força dos conceitos que dela derivam, como pessoa trans e transfobia. (PODESTÀ, 2018, p.31)

Como as normas estabelecem os modos e procedimentos socialmente aceitos de se fazer as coisas - vestir, falar e apresentar-se em público, etc. – descumprir ou desafiar as normas pode resultar e invariavelmente resulta em severas sanções por parte da sociedade, incluindo a marginalização e exclusão de quem se desvia da normalidade. (LANZ, 2014, p.62) Dessa forma, o sujeito trans é constituído como “uma figura abjeta, indefinida e, por isso, precisa ser eliminada, pois ludibria, engana e deturpa as normas de gênero” (BRASILEIRO; SILVA, p.15). Nesse sentido, o gênero e a genitália de nascimento emolduram uma posição de sujeito que fixa lugares para o masculino e o feminino e deslegitima qualquer ato que burle esse binarismo.

Ao tratar sobre transgeneridade e identidades trans, é de extrema importância compreender as diferenças entre identidade/expressão de gênero e a orientação sexual. A seguir irei explorar as características e particularidades sobre a diversidade de gênero e sexual

2.2 PLURALIDADE DE GÊNERO: ENTENDIMENTOS SOBRE A IDENTIDADE, EXPRESSÃO DE GÊNERO E ORIENTAÇÃO SEXUAL

A diversidade de gênero é a representatividade de todas as identidades de gênero dentro de um contexto em que elas são respeitadas. As identidades de gênero contam com diversos termos usados para descrever pessoas que se identificam de modos diferentes, e que às vezes vão além da estrutura binária e que podem ser divergentes de seu sexo biológico ou não. Para muitas pessoas, ter de se descrever dentro da estrutura binária pode ser restritivo. Portanto, existem outros gêneros que possibilitam que sua identidade seja reconhecida e entendida pelo resto da sociedade.

Desse modo, a diversidade de gênero vai além da representatividade e, também, abrange a visibilidade em que todas as pessoas dentro do grande espectro de gênero consigam ser reconhecidas e respeitadas.

Segundo a teoria de Butler o gênero não é estático, ele é encenado, vestido, despido e redescoberto em cada ato, inclusive no ato de fala. A narrativa aceita e repetida pela sociedade

ocidental, vê o gênero como uma máscara pré-encaixada no rosto, de um papel adscrito em roteiros pré-definidos. Butler (2018) traça seu conceito de performatividade para explicar como ocorre essa encenação, a qual se dá de forma arbitrária conforme as normatizações sociosexuais.

O exemplo mais trabalhado por Butler é a imagem da *drag queen*, uma vez que sua performance tenciona as fronteiras daquilo que é considerado masculino e feminino, subvertendo com seu corpo híbrido essa própria dicotomia. A drag não pode ser excluída do teatro das masculinidades, mas essa constituição também é válida para refletirmos acerca da masculinidade normatizada e normalizada. Se não existe um local da neutralidade nesse teatro, também o masculino “é uma roupagem ou um papel a ser interpretado e performatizado teatralmente, em que se demandam jogos de encenação e apropriado desempenho corporal-expressivo de maneira a convencer a plateia de seus valores e atributos considerados hierarquicamente superiores.” (BOTTON, 2020, p.16)

Expressão de gênero é a forma como a pessoa apresenta a sua aparência e seu comportamento, de acordo com as expectativas sociais de um determinado gênero e que depende da cultura em que a pessoa vive. Identidade de gênero é o gênero com o qual uma pessoa se identifica, que pode ou não corresponder o gênero que lhe foi atribuído quando de seu nascimento, ou seja, uma pessoa pode nascer com um sexo biológico (homem ou mulher) e se identificar com o gênero oposto (masculino ou feminino). Orientação sexual é a atração afetivo-sexual por alguém, vivência interna relativa à sexualidade (heterossexual, homossexual ou bissexual). Identidade de gênero e orientação sexual são dimensões diferentes, que não devem ser confundidas. O papel de gênero é o modo de agir em determinadas situações conforme o gênero atribuído, ensinado às pessoas desde o nascimento; é de cunho social e não biológico.

Jesus (2012) traz alguns conceitos sobre a identidade de gênero: a) Cisgêneros (pessoas que se identificam com o gênero que lhes foi determinado no seu nascimento); b) , Transgêneros (abrange o grupo diversificado de pessoas que não se identificam, em graus diferentes, com comportamentos e/ou papéis esperados do gênero que lhes foi determinado no seu nascimento); c) Intersexuais¹¹ (Pessoas cujos corpos variam do padrão de masculino ou feminino culturalmente estabelecido, no que se refere a configurações

¹¹ A intersexualidade se refere a um conjunto amplo de variações dos corpos tidos como masculinos e femininos, que engloba, conforme a denominação médica, hermafroditas verdadeiros e pseudo-hermafroditas. O grupo composto por pessoas intersexuais têm-se mobilizado cada vez mais, a nível mundial, para que a intersexualidade não seja entendida como uma patologia, mas como uma variação, e para que não sejam submetidas, após o parto, a cirurgias ditas “reparadoras”, que as mutilam e moldam órgãos genitais que não necessariamente concordam com suas identidades de gênero ou orientações sexuais. (JESUS,

dos cromossomos, localização dos órgãos genitais); d) Queer (pessoas que não se enquadram em nenhuma identidade ou expressão de gênero). Além dessas classificações, existem muitas outras.

As travestis são pessoas que vivenciam papéis de gênero feminino, mas não se reconhecem como homem ou mulher, entendendo-se como integrante de um terceiro gênero ou de um não-gênero. É importante diferenciar travestis de CrossDresser e Drag Queen/Transformistas. CrossDresser são pessoas que frequentemente se vestem, usam acessórios e/ou se maquiam diferentemente do que é socialmente estabelecido para o seu gênero, sem se identificarem como travestis ou trans. Geralmente são homens heterossexuais, casados, que podem ou não ter o apoio de suas companheiras. (JESUS, 2012, p.26). Drag Queen/Transformistas são artistas que se vestem, de maneira estereotipada, conforme o gênero masculino ou feminino, para fins artísticos ou de entretenimento. A sua personagem, não necessariamente, possui relação com sua identidade de gênero ou orientação sexual.

O indivíduo que não se identifica com o gênero designado ao nascer é chamado de trans, é aquele que vive a transgeneridade. Para Letícia Lanz (2014) a transgeneridade é uma condição social e política das pessoas que, de qualquer modo, violam os padrões dominantes de gêneros, “ou seja, têm alguma inadequação, discordância ou não conformidade com a norma de gênero” (p.50). Para Lucas Podestà (2018), existem mecanismos de sujeição que são dirigidos a essas pessoas, incluindo aí todos os tipos de violência, da simbólica à física.” (p.28). Pessoas transgênero são alvo de preconceito, não atendimento de direitos fundamentais e de exclusão estrutural, que se manifesta na dificuldade de acesso à educação, mercado de trabalho qualificado e até uso de banheiros, além de sofrerem violências variadas, ameaças, agressões e homicídios.

Levando em consideração a crença de que o corpo é um atributo “natural” e que define a identidade de homens e mulheres enquanto pessoas de um sexo ou de outro, as mudanças corporais realizadas pelas travestis e transexuais implicam em dificuldade de convivência nos espaços sociais normatizados. A não aceitação familiar as leva a morar em outros ambientes. O acesso aos serviços de saúde, às políticas públicas e à circulação, em diferentes territórios e instituições, também é dificultado. Sem muita opção de moradia e meios de se sustentar, podem viver no contexto da rua e da noite e encontrar na prostituição um meio de sobrevivência, o que as coloca em situação de risco.

Diferente daqueles que se conformam com a norma de gêneros binários, como acontece com a maioria da população cisgênero¹², as pessoas trans se caracterizam pela sua

12

não-conformidade com a norma. Essa norma regula os corpos e define socialmente uma dualidade de gênero, produzindo diversas outras opressões. A presente pesquisa tem como objetivo analisar as manifestações transfóbicas contra esses indivíduos que vivem a transgeneridade, para assim compreender qual o argumento dessas manifestações.

III. UMA BREVE HISTÓRIA DOS DIREITOS LGBTQIA+ NO BRASIL

Simões e Facchini (2009) ressaltam que o movimento LGBTQIA+, em sua trajetória como um movimento jovem, tem investido cada vez mais em pautas de institucionalização de direitos através de instrumentos de Estado, seja pela promulgação de leis, seja pelas disputas judiciais, individuais e coletivas ou por políticas públicas. São destaques os projetos de lei de criminalização da homofobia e de reconhecimento da identidade de gênero, bem como as vitórias judiciais em ações que reconheceram a legalidade da união estável, casamento e adoção por casais de pessoas de mesmo gênero e legalidade da retificação de nome e gênero em procedimentos não judiciais (apenas cartorários) por pessoas trans.

Historicamente, conforme Carmona e Prado (2009) a luta LGBTQIA+ por direitos se fortaleceu no movimento contra a Ditadura Civil-Militar de 1964. Em 1973, a homossexualidade deixou de ser oficialmente uma doença psiquiátrica e foi excluída do Manual Diagnóstico e Estatístico de Transtornos Mentais (DSM). (SAMPAIO, GERMANO, 2014.) também foi excluída também do itinerário do Código Internacional de Doenças (CID-10).

O movimento gay no Brasil, na década de 1980 num contexto de surto da epidemia da AIDS, trouxe várias ações direcionadas para as pessoas afetadas pelo vírus, entendidas principalmente, para possíveis vítimas, a população LGBTQIA+. Essas ações fortaleceram o movimento homossexual nos país.

A doença da AIDS, possibilitou iniciar uma comunicação entre o Estado e o movimento social, que até então, era invisibilizado. O diálogo com o poder público torna-se inevitável nesse período devido ao estigma da “peste gay”, como a aids foi chamada em seu surgimento. (IRINEU,2009)

No Brasil, em 1984 a Associação Brasileira de Psiquiatria ratificou o entendimento de que a homossexualidade não incompatibilizaria perda de raciocínio, estabilidade, aptidões sociais e vocacionais, opondo-se à segregação e ao preconceito com os homossexuais. (BENTO e PELÚCIO, 2012).

O processo de redemocratização iniciado a partir da elaboração da Constituição Federal de 1988, a qual garante uma sociedade plural e a diversidade das pessoas, em que todos possuem os mesmos direitos e deveres, sendo todos iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, foi fundamental para a expansão da produção de conhecimento sobre gênero e sexualidade, em uma perspectiva distinta das ciências médicas. Iniciou-se, assim, um processo de articulação entre os diversos sujeitos vinculados às pautas por direitos sexuais, que culminou em estratégias para interferir na formulação das demandas por políticas públicas.

O movimento trans no Brasil tem início na década de 1990, a partir da auto-organização de travestis em luta contra a violência policial, principalmente em locais de prostituição, e no combate à epidemia de HIV/aids¹³, muitas vezes sob formato de ONG (CARVALHO, 2015). No Rio de Janeiro, a Associação das Travestis e Liberados (ASTRAL/Rio) realizou o primeiro Encontro Nacional de Travestis e Liberados, em 1993, que teve continuidade sob o nome “Encontro Nacional de Travestis na Luta Contra a AIDS” (ENTLAIDS). Apenas após o VIII Encontro da Gays e Lésbicas, em 1995, as travestis acrescentaram seu nome a um espaço do movimento homossexual em fragmentação, com o surgimento da Associação Brasileira de Gays, Lésbicas e Travestis (ABGLT). No ano de 2000, a ANTRA (Articulação Nacional de Travestis e Transexuais) surge como a maior organização a congregar travestis e transexuais no país.

Contudo, os direitos políticos e sociais foram assegurados, contudo, somente em 2004, quando ocorreram avanços significativos em relação à conquista de direitos LGBTQIA+ no âmbito governamental, com a criação do Programa Brasil sem Homofobia¹⁴. Realizado em 2007 e 2008, respectivamente, o I Seminário Nacional de Segurança Pública e Combate à Homofobia, teve como objetivo organizar coletivamente a construção de diretrizes para prevenir a violência contra o público LGBTQIA+.

A I Conferência Nacional de Gays, Lésbicas, Bissexuais, Travestis e Transexuais, visava a implementação das políticas públicas e do plano nacional de promoção de direitos humanos, como também o fortalecimento do Programa Brasil sem Homofobia. Em 2010, ocorreu a criação da Coordenação Geral de Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais e do Conselho Nacional de Combate à Discriminação e Promoção dos Direitos de Lésbicas, Gays, Bissexuais, Travestis e Transexuais, visando a inclusão e apoio a questões LGBTQIA+ na agenda governamental. (BRUSCATO, 2015)

13

14

Ainda em 2010, no dia 7 de maio, ocorreu a instituição do Dia Nacional de Combate à Homofobia.

O Lançamento da Política Nacional de Saúde Integral da População LGBTQIA+ ocorreu em 2011 teve como objetivo a produção de conhecimento, com ênfase na saúde dessa população. Essa política ampliou o foco de atenção dos problemas relativos a HIV/aids atribuídos preconceituosamente à população LGBTQIA+, para necessidades mais abrangentes de saúde.

Em 2012, foi criado o Comitê Técnico de Cultura LGBTQIA+, que tem por objetivo formular políticas de valorização da Cultura LGBTQIA+ para o Ministério da Cultura, que conta com membros da sociedade civil organizada. (FRANCO, 2017)

A Instalação do Comitê Nacional de Políticas Públicas ocorreu em 2014, e visava aproximar gestores da política LGBTQIA+ em todo país e articular um pacto federativo das políticas voltadas para esse público. O Lançamento do Pacto Nacional de Enfrentamento às Violações de Direitos Humanos na Internet – Humaniza Redes em 2016, tinha como objetivo criar um canal de denúncias online que encaminhasse as ocorrências para os setores responsáveis, para investigação e punição dos atos. Em 2019, ocorreu a criação do Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência LGBTfobia com o propósito de promover e aprimorar ações conjuntas entre o Governo Federal, estados e Distrito Federal de combate à violência contra esse segmento populacional.

Simões e Facchini (2009) mencionam as lutas pela despatologização da condição de transexualidade e travestilidade, as lutas por acesso à saúde para a realização das transformações atinentes à identidade de gênero, incluído o nome, como “esforços de autonomização do movimento trans” (IDEM, 2009, p.159).

Carvalho (2015) elenca alguns fatores relevantes que caracterizam o movimento trans brasileiro no momento atual: o surgimento de novas redes nacionais de mulheres trans, a emergência do ativismo de homens trans, a valorização dos processos eleitorais de representatividade dentro da nossa democracia legal e a expansão das comunicações e interações por meios eletrônicos. Identifica que o movimento social trans nasceu como movimento de travestis, ampliando-se para movimento de travestis e transexuais e hoje de travestis, mulheres transexuais e homens trans, havendo hoje uma relativa concordância entre militantes em torno da categoria “pessoa trans”, como remetendo ao “sujeito político genérico”, aglutinador de todas as identidades que vivenciam a transgeneridade. (PODESTÀ, 2018, p.53)

A falta desses direitos pode acarretar diversas consequências, como a falta de conhecimentos médicos, o baixo investimento para a saúde trans e índices baixos de empregabilidade. A consequência mais grave é a morte dessa população. Os autores Caravaca-Morera e Padilha (2018), discorrem sobre como a morte se tornou uma tecnologia sofisticada e específica de gestão de determinadas populações no mundo. Para os autores, a morte é compreendida em um sentido mais amplo: literal e simbólico-metafórico. Este último, é relacionado com o não reconhecimento da cidadania, personificado sob o conceito de cidadania precária¹⁵.

Consequentemente, consideramos que o ato de matar poderia estar associado ao homicídio, mas também à exposição à morte, à replicação dos riscos de morte, à invisibilização, expulsão, estigmatização e exclusão social de algumas populações (aqui o grupo trans). De fato, essa (i)lógica pode ser apreciada na consolidação de um campo difuso de exclusão e extermínio socioeconômico, nos quais determinados exercícios de necropoder social e federal “empurram” deliberadamente certos grupos humanos (aqui em questão, a população trans) à morte e à invisibilização. (CARAVACA-MORERA, PADILHA, 2018, p.2)

Constatou-se, com base nos artigos estudados durante a pesquisa exploratória, que apesar da implementação de diversos programas e políticas públicas de saúde, alguns grupos sociais permanecem na situação de vulnerabilidade e violência. A existência de diversos instrumentos legais de amparo à população LGBTQIA+ não garante no cotidiano uma vida digna ao indivíduo integrante deste grupo, pois a realidade vivenciada é de extrema violência. A seguir trago dados para elucidar a gravidade da transfobia no Brasil e as suas consequências.

IV. TRANSFOBIA: CONSEQUÊNCIA DA “QUEBRA” DO PADRÃO DOMINANTE

Conforme exposto, quando a norma é transgredida por uma pessoa trans, punições são impostas a elas. Para Podestà (2018), “um ciclo de violências de todas as ordens atinge as pessoas trans logo que elas decidem iniciar suas transições, experimentando os mais variados níveis de transgeneridade e resistindo à norma cisgênera”. (p.85)

A transfobia é uma sanção normalizadora à transição de gênero e à violação das normas de gênero que se inscrevem no corpo. Ela atua em um nível discursivo, por discriminações sutis, de modo que a rejeição à transgeneridade circula nos discursos, entre as pessoas antes mesmo que elas iniciem suas transições e entendam-se como pessoas trans. A transfobia participa do grupo de violências de gênero, com sua especificidade característica, o ódio àquelas pessoas que ultrapassam o padrão binário cisnormativo.¹⁶

¹⁵

¹⁶

Conforme exposto anteriormente, a transgeneridade é mais um fenômeno de potencial transgressão a normas preestabelecidas e hegemônicas, entre muitos que já foram objeto de estudo dentro das ciências sociais. Às pessoas que violam normas sociais são aplicadas diversas sanções. O grande grupo de desviados sociais era/é composto pelos loucos, doentes, delinquentes, pecadores, etc.

Quem transgride o dispositivo binário de gênero torna-se obviamente gênero-divergente, sócio desviante. Por isso mesmo, a pessoa transgressora da conduta oficialmente estabelecida para o gênero em que foi classificada ao nascer torna-se uma degenerada, palavra que significa literalmente quem perdeu o gênero. São muitas, imediatas e muito pesadas as sanções para a pessoa cujo comportamento se desvia dos padrões oficiais de conduta de gênero. (LANZ, 2014, p.65)

Conforme Lanz (2014), “aquilo que é estabelecido como criminoso ou transgressivo não depende do comportamento do indivíduo, mas dos sistemas de valores de cada coletividade, que compreendem as normas de condutas consideradas apropriadas e não-apropriadas, assim como seus critérios de aplicação e formas de sanção aos seus eventuais infratores”. (p.57)

A normalidade reside em convenções culturalmente aprovadas, não em padrões universais de conduta. O que faz um código vigorar numa sociedade é o suposto consenso de todos ou concordância da maioria. Nesse caso, todo indivíduo que transgride o código, sai do consenso coletivo, expondo-se naturalmente às sanções impostas aos transgressores. O que faz com que uma pessoa seja considerada doente mental, como são consideradas as identidades gênero-divergentes, “não é algo que elas façam, mas como a sociedade classifica as suas condutas tendo em vista os padrões estabelecidos” (LANZ, 2014, p.58). Esses padrões não são constantes, mas mudam de acordo com as disposições dominantes em cada lugar e momento histórico específico.

A transexualidade era considerada uma patologia, uma doença mental, segundo a Classificação Estatística Internacional de Doenças e Problemas de Saúde CID. Historicamente, estar de alguma forma contraditória em relação à norma cis – homem/pênis – mulher/vagina – tornou-se uma anormalidade, uma abjeção e, por isso, uma patologia. A ciência considera que uma pessoa com “morfologia masculina” sempre “será homem” e sempre irá querer ser homem dentro da norma. Da mesma forma, uma pessoa com “morfologia feminina” sempre “será mulher” e sempre irá querer ser mulher. Entende-se que todos somos centrados dessa forma. Qualquer sujeito que falhe nessa lógica, será “anormal”

O “sexo” foi sendo definido como uma característica supostamente biológica dos corpos, naturalizando-se a atribuição compulsória de uma definição sexo no

momento do nascimento da criança, atribuição essa que, ao mesmo tempo, designa uma condição feminina às pessoas que nascem com vagina e uma condição masculina a quem nasce com pênis. Essa condição precisa ser desenvolvida durante o crescimento da criança, em direção a uma identidade de gênero “normal”, isto é, condizente como sexo declarado (ROCHA MATTOS; LUIZA; CIDADE, 2016, p.7)

Foi somente em 2019 que a Organização Mundial da Saúde (OMS) atualizou a CID¹⁷, onde a transexualidade era classificada como “transtorno de identidade”. Na nova versão, a CID-11, que substitui a CID-10, a transexualidade passa a integrar um novo capítulo intitulado: “condições relacionadas à saúde sexual”, e é classificada como “incongruência de gênero”. No catálogo, a chamada “incongruência de gênero” é entendida como uma incompatibilidade entre o gênero de nascimento e o gênero experimentado pelo indivíduo, assim concluindo que mero comportamento variante e escolhas pessoais não devem ser base para diagnóstico.

A existência de uma campanha internacional pela exclusão da transexualidade, da travestilidade e das manifestações de gênero que escapam à noção binária homem/mulher da CID como uma doença mental pode ter colaborado para a atualização. Em nível nacional, a campanha se estende à reformulação do processo transexualizador no SUS, tendo em vista a adoção de uma concepção de saúde que “reconheça a pluralidade de identidades de gênero como uma manifestação natural dos seres humanos e que atenda as demandas das pessoas trans sem a necessidade de condicionar esse atendimento a um diagnóstico psiquiátrico e/ou psicológico”. (JESUS, 2012 p.29)

Segundo Dias et al (2015) “o processo de transformação da identidade trans provoca um estranhamento no meio familiar que esbarra em valores pré-estabelecidos, sendo inconcebível a manifestação daquele corpo dentro dos ditos padrões sociais” (p.220). No momento em que ocorre a quebra desses padrões sociais, as formas de violência se transformam e se manifestam cada vez mais agressivamente no âmbito familiar. Sendo estigmatizadas em espaços sociais privados e públicos durante a vida inteira, indivíduos trans possuem uma expectativa de vida bem mais baixa que a média nacional. “O exercício de sua cidadania é sistematicamente obstruído, permanecendo sujeitas ao ciclo de estigmatização, pobreza e falta de educação formal e saúde, frequentemente forçadas a trabalhar em subempregos ou na prostituição”. (PODESTÀ, 2019.p.2) A identidade assumida por essas pessoas trans inviabiliza suas inserções no mercado formal de trabalho devido à presença da transfobia que marca essas relações. A acentuação dos processos de marginalização e exclusão torna a prostituição como única fonte de adquirir renda:

17

Segundo dados da Associação Nacional de Travestis e Transexuais (ANTRA), 90% das travestis e transexuais estão se prostituindo no Brasil, seja devido à evasão escolar, à falta de apoio da família, à ausência de mecanismos para a inserção social, à violência (transfobia) ou à dificuldade na obtenção de emprego no mercado de trabalho formal. (DIAS et al., 2015, p.14)

Trata-se de uma violência socialmente generalizada e acompanhada de crimes de ódio, a qual alcança gravíssimas agressões físicas e assassinatos. A transfobia é um componente do genocídio trans no Brasil.

Para Podestà (2018), “o genocídio de pessoas trans pode ser entendido como a supressão e apagamento de identidades ininteligíveis e ilegítimas na ordem de gênero, sob forma de processos socialmente tolerados” (p.90). O genocídio de grupos minorizados, como indígenas, negros, mulheres ou pessoas gênero-divergentes, banaliza a morte e as agressões que as acompanham, condição para que essa violência se sistematize e se invisibilize. É necessário, contudo, entender que os diversos tipos de violências se apresentam ou se omitem de diferentes maneiras.

Frequentemente, as vítimas são culpadas pelos eventos ocorridos. A transgressão da norma de gênero é apresentada como uma falha individual e que pode ser punida em razão de seu caráter desviante (loucura, doença, perversão, maldade, pecado, etc.) através da violência e, nesse sentido, é visibilizada.

As discriminações e a exclusão social que acompanham a estigmatização da vivência trans (como a expulsão do núcleo familiar ou do ambiente escolar, a negação do nome social)¹⁸, os xingamentos e ridicularização da imagem da pessoa trans em locais públicos como a rua são também caracterizadas como violência, porém invisibilizadas (e naturalizadas) para o funcionamento da norma de gênero no nível da transfobia. (PODESTÀ, 2018, p.90)

Outra maneira de invisibilizar a violência é o jornalismo transfóbico, o qual consiste no desrespeito à identidade de gênero, a falta de conhecimento sobre a binaridade e uso indevido de pronomes. Conforme Vasconcelos e da Silva (2022), é comum abrirmos os jornais, impressos ou virtuais, ou ligarmos a televisão e nos depararmos com transfobias da imprensa.

Em maio de 2021, o Fantástico definiu que a menstruação é algo do “corpo feminino” em uma matéria sobre pobreza menstrual, excluindo homens trans e pessoas transmasculinas, não-binárias e Intesexo com vagina de uma conversa muito importante. No mesmo mês, Pedro Bial se referiu a travestis no pronome masculino durante seu programa “Conversa com Bial” em um papo com o ex-jogador Ronaldo Fenômeno. Em julho, o Encontro com Fátima Bernardes, colocou um psiquiatra cis-hétero-branco para explicar a diferença das identidades mulher trans e travesti e deu palco para um show de transfobia e desinformação (BENEVIDES, 2022, p.115)

No ano de 2020, o relatório ANTRA identificou que 14% dos casos de transfobias, notificados em canais midiáticos, não respeitaram a identidade de gênero das vítimas e 47% dos casos expuseram seu nome de registro, e em diversos casos o nome social não foi mencionado. A subnotificação também é uma questão importante. O relatório ANTRA, referente ao ano de 2020, localizou 22 dados de assassinatos que não foram noticiados por qualquer tipo de mídia informativa, o que representa 13% dos casos. Esses casos foram enviados através de redes parceiras e de afiliadas, assim como publicadas em grupos específicos de monitoramento de assassinatos gerais. É importante o uso de marcadores da identidade de gênero em formulários, laudos, boletins de ocorrência, fichas e nas matérias que noticiam essas mortes, para que tais dados não se percam, e para que a população trans tenha suas identidades de gênero legitimadas. (BENEVIDES, 2021, p.56)

No contexto geral, não houve qualquer mudança significativa em relação à violência e à subalternização social que as pessoas trans ocupam. Elas continuam enfrentando os piores índices de violência e violações de direitos humanos quando comparado a qualquer outro grupo que enfrenta sistemáticas violências vindas do estado, exatamente porque a população trans rompe com o sistema sexo-gênero e com a lógica binária, o que se torna um fator da diferença que apenas essa parcela da população vivencia e em consequência disso, enfrenta severos problemas vindos de quem atua pela manutenção da lógica do binarismo heterossexual (BENEVIDES, 2023, p.10) O relatório anual ANTRA, segue denunciando a inércia do Estado, dos governos e da própria sociedade ao não se comprometer com a vida e os direitos das pessoas trans.

A transfobia se constitui como uma ferramenta de violência sistêmica, estrutural e institucional contra o dispositivo da transexualidade, pois permeia a vida social – incluindo as diversas variáveis familiares, escolares e culturais – e, principalmente, a vida política, no seu jogo de opressão cis-heterossexista.

A homofobia e a transfobia são um problema social grave no Brasil, e as consequências são letais para esses grupos. Segundo o relatório do Grupo Gay da Bahia, referente ao ano de 2021, “300 LGBTQIA + sofreram morte violenta no Brasil em 2021, 8% a mais do que no ano anterior: 276 homicídios (92%) e 24 suicídios (8%). O Brasil continua sendo o país do mundo onde mais LGBTQIA + são assassinados: uma morte a cada 29 horas” (p.2) No ano de 2022, O Dossiê de Mortes e Violências contra LGBTQIA+¹⁹ no Brasil denuncia que durante o ano de 2022 ocorreram 273 mortes LGBT de forma violenta no país. Dessas mortes 228 foram assassinatos, 30 suicídios e 15 outras causas.

19

Além das agressões sofridas devido à identidade trans, essas pessoas podem vir a ser alvo de homofobia, tal como homossexuais podem ser alvo de transfobia, por pessoas que não distinguem identidade de gênero de orientação sexual. Dessa forma, ocorre uma dupla vitimização, “resultante de uma sociedade que classifica determinadas identidades de gênero e sexualidades como desviantes e, em virtude da falta de conhecimento, como sinônimos.” (BENEVIDES, 2022, p. 54)

A transfobia, segundo o relatório anual a ANTRA, o Brasil permanece, pelo 14º ano consecutivo²⁰, líder mundial de assassinatos de pessoas trans. De acordo com o ranking anual da Transgender Europe (TGEU), a expectativa de vida de pessoas trans é de apenas 35 anos. O país corresponde a responde por 29% de todas as mortes violentas sofridas por travestis e transexuais. Dos 327 casos registrados pela organização, 96 foram aqui. Em vista disso, a transfobia é um grave problema social no Brasil.

A seguir discorro sobre a transfobia na *internet*, uma violência que não atua de maneira física, nos corpos trans. Apesar de não agir de forma letal, ela perpetua e dissemina a discriminação contra os indivíduos trans.

4.1 A INTERNET COMO DIFUSOR DA TRANSFOBIA

Conforme exposto anteriormente, a internet se mostrou uma ferramenta para a transfobia *online*. Segundo Barbosa e da Silva (2017), “a internet se destaca como um espaço importante de interação social propícia a diversos diálogos, comentários e discursos, que também podem possuir um teor de preconceito dirigido a grupos socialmente vulneráveis” (BARBOSA; SILVA, 2017, p.10). Apesar das vantagens que a internet proporciona, na maioria das vezes é neste espaço que se formam ou se instigam opiniões sem fundamento, sem análise criteriosa do conteúdo expresso, para onde se reúnem milhares de seguidores.

A desumanização das pessoas trans na mídia é banalizada e reforçada socialmente a partir de ofensas e deslegitimação da identidade de gênero, tanto no ciberespaço quanto fora dele.

Bastam alguns minutos conectados ao *Facebook*, *WhatsApp*, entre outras plataformas para notar que as redes sociais estão repletas de explicações mágicas, polêmicas, anti diálogo e, sobretudo, aversão ao que é diferente. As seções de comentários dos maiores portais de internet do Brasil estão repletos de hostilidade e ódio a qualquer opinião que não agrade a visão de mundo de quem lê. (CALIXTO, 2016, p.07)

20

Os discursos hostis no ambiente online possuem uma reprodução sistemática, discriminando e oprimindo determinados grupos de pessoas. Esses discursos manifestados na rede acabam naturalizando concepções transfóbicas em toda a sociedade, seja na internet ou fora dela. (BARBOSA; SILVA, 2017)

Para Morato (2017), o ambiente online, em especial as redes sociais, apresenta-se como um espaço atrativo e fomentador da discriminação, pois “a sensação de anonimato e a distância entre os interlocutores [...] se potencializam nas redes sociais reforçando a reprodução da LGBTfobia” (MORATO; OS, 2017, p.100). Os aplicativos de redes sociais têm se tornado um lugar privilegiado para a expansão dos extremismos e dos discursos de ódio, especialmente em razão do suposto anonimato para aqueles que imaginam proteger a identidade por detrás de perfis falsos ou da volatilidade das redes que, em geral, permitem que o registro seja eventualmente apagado.

As redes sociais como o *Facebook*, por exemplo, disponibilizam em suas plataformas as condições necessárias para que seus usuários emitam opinião. Também acrescentam comentários e novas análises, envolvendo tanto consumidores, como também produtores das informações. Nesse sentido, as publicações do *Facebook* concedem espaço para que os usuários reajam de várias maneiras às postagens de conteúdo veiculadas pelas páginas de notícias. Diante dessa autonomia propiciada por um espaço descentralizado e sem muitas regras definidas – seja pela plataforma das redes sociais, o que facilita a interatividade dos usuários, seja pelo jornalismo, que utiliza do alcance destas redes para veicular informações – tem-se um cenário propenso para a propagação de uma multiplicidade de comentários em rede, sem prévio controle ou moderação. (SILVA; SILVA, 2021)

O *Facebook* permite uma expressão comunicativa com mediação algorítmica, mas sem cerceamento direto, o que concede margem a ambiguidades entre a liberdade de expressão e a discriminação. Nesse ínterim, paradoxalmente, as redes sociais passam a configurar um potencial *locus* hostil ao debate jornalístico, sobretudo no que tange o universo de minorias sociais como a população LGBTQIA+. Parte considerável da sociedade se encontra nessa rede social. Desse modo, as ideologias, as relações de poder e, conseqüentemente, as desigualdades sociais presentes no ambiente off-line também encontram guarida nas redes. Nesse sentido, como o gênero e a sexualidade são questões que geram bastante conflito nas redes sociais, essa problemática também é uma realidade. Há muita violência realizada por meio de discursos no *Facebook*. (MORATO, 2017, p.97)

A violência transfóbica e uma ideologia antitrans tem crescido e ganhado muita força nas redes sociais desde 2014, e fez-se mais presente em 2020 e em 2021 e 2022, diante da crise política, econômica e humanitária em que nos encontramos. Aliado à cena caótica, pandemia de Covid-19 e o aumento da transfobia e LGBTfobia, houve a disseminação de *fakenews* e o recorrente uso de transfobia na *internet*.

Essa dinâmica, disseminação de *fakenews* e o uso da transfobia na *internet*, tem funcionado de forma bem eficaz. Os ativistas e pesquisadores lutam para desfazer as tentativas que se alternam entre a patologização, a demonização e criminalização das identidades trans, as quais “operam conjuntamente no sentido de desumanizar ou posicionar pessoas trans como uma ameaça real, ignorando o fato de que é a população trans um dos grupos que enfrenta processos de desumanização e violência em nossa sociedade” (BENEVIDES, 2023, p.40)

A inexistência de dados oficiais a respeito da violência contra LGBTQI+ no Brasil, inclusive inexistindo dados demográficos sobre pessoas LGBTQI+ torna a violência banalizada, principalmente porque a comunidade não tem acesso à informação sobre essa modalidade de violência. De maneira mais abrangente, a violência contra trans e travestis, quando noticiada pela mídia, muitas vezes não faz constar o nome social escolhido pela vítima. Assim, “a falta de informações específicas sobre a violência contra pessoas trans e travestis, além de gerar uma desinformação, contribui para a falta de políticas públicas específicas para evitar uma modalidade de violência que cada vez mais aumenta, mas não chega ao conhecimento público”. (BRASILEIRO; SILVA, 2019, p.13)

Diariamente são gerados emaranhados gigantescos de informações onde sequer é possível alcançar suas bases e fontes reais, fazendo com que os leitores mais descuidados acabem por aceitar que aquilo é de fato um argumento legítimo. O que no caso de pessoas trans, acaba por mobilizar grupos com ideais antitrans, que em muitos casos divergem entre si sobre pautas como o aborto, o casamento e a própria heterossexualidade como norma, mas cuja “repulsa contra a existências de pessoas que colocam em xeque a sua própria noção de “normalidade” precisa ser enfrentada a todo custo”. (BENEVIDES, 2023, p.97)

Conforme exposto, a pessoa trans está exposta a violências tanto no dia a dia, como no ambiente *online*. O *Facebook* é uma ferramenta de fácil acesso à população, sendo o Brasil, o 3º país com maior número de usuários dessa rede²¹. Das 2,95 bilhões de contas ativas, 109 milhões delas são brasileiras. Portanto, mostra-se fundamental um estudo sobre os discursos transfóbicos que são reproduzidos nessa ampla ferramenta social.

²¹

V. MAPEANDO A TRANSFOBIA NA REDE SOCIAL FACEBOOK

Os dados foram analisados sob a perspectiva da Análise de Discurso, que tem como objetivo interpretar textos em busca da compreensão da estrutura político-social em que o discurso analisado se insere. Segundo Silva e Araújo (2017), a Análise do Discurso é uma vertente da linguística que se ocupa em estudar o discurso e, como tal, evidencia a relação entre língua, discurso e ideologia. “Dessa forma, podemos dizer que o discurso é o local onde se pode verificar a relação entre a língua e a ideologia, além de verificar como os efeitos de sentidos são gerados através dos enunciados” (p.18)

Em diferentes situações do dia a dia, os indivíduos divergem/debatem sobre assuntos de um mesmo tema. Essas posições divergentes “revelam lugares socioideológicos assumidos pelos sujeitos envolvidos, e a linguagem é a forma material de expressão desses lugares”. (FERNANDES, 2013, p.12)

O discurso, tomado como objeto da Análise do Discurso, não é a língua, nem o texto, nem a fala, mas necessita de elementos linguísticos para ter uma existência material. Com isso, dizemos que discurso implica uma exterioridade à língua, encontra-se no social e envolve questões de natureza não estritamente linguística. Referimo-nos a aspectos sociais e ideológicos impregnados nas palavras quando elas são pronunciadas. (FERNANDES, 2013, p.12)

Sendo assim, o discurso não é a linguagem em si, mas precisa dela para ter existência, e com ela, os discursos produzem sentidos. Esses sentidos são produzidos em decorrência da ideologia dos sujeitos em questão, da forma como compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos.

Conforme Caregnato e Mutti (2006), “a Análise de Discurso trabalha com o sentido e não com o conteúdo do texto, um sentido que não é traduzido, mas produzido” (p.2). Os autores afirmam que a Análise de Discurso é constituída pela seguinte formulação: ideologia + história + linguagem. A ideologia é entendida como o posicionamento do sujeito quando se filia a um discurso, sendo o processo de constituição do imaginário que está no inconsciente, ou seja, o sistema de ideias que constitui a representação; a história representa o contexto sócio-histórico e a linguagem é a materialidade do texto. Sua combinação oferece ao pesquisador “pistas” do sentido que o sujeito pretende dar. Portanto, a linguagem vai além do texto, trazendo sentidos pré-construídos que são ecos da memória do dizer, a qual por sua vez é uma memória coletiva constituída pela sociedade.

Entende-se como memória do dizer o interdiscurso, ou seja, a memória coletiva constituída socialmente; o sujeito tem a ilusão de ser dono do seu discurso e de ter controle sobre ele, porém não percebe estar dentro de um contínuo, porque todo o discurso já foi dito antes. Exemplificando, com o olhar da AD o enunciado “é dando que se recebe” permite uma multiplicidade de sentidos (CAREGNATO; MUTTI, 2006, p.3)

A ideologia materializa-se no discurso, que, por sua vez, é materializado pela linguagem em forma de texto; e/ou pela linguagem não-verbal, na forma de imagens. Para Fernandes (2013) os sentidos das palavras no discurso não são fixos: eles são produzidos a partir dos lugares ocupados pelos sujeitos em interlocução. Assim, uma mesma palavra pode ter diferentes sentidos em conformidade com o lugar socioideológico daqueles que a empregam.

As condições de produção do discurso²² apontam, então, para um todo que contextualiza os discursos no espaço (onde esses discursos são produzidos) e no tempo (quando esses discursos são produzidos). Levando em consideração a carga semântica e simbólica de cada texto, apontam também para quem os produz. Dessa forma, para Silva e Araújo (2017) “é possível perceber a inexistência de uma verdade, uma vez que determinado contexto de produção permitirá a circulação de determinados discursos, e esses discursos serão tomados como verdade” (p.8).

Mas, em outros contextos, com outras formações ideológicas em cena, a verdade pode ser outra. É por meio das pontas soltas no discurso que o analista tem a permissão de chegar a determinadas conclusões a respeito de uma possível, ou não, “verdade”. Conforme Mussalim (2012), a significação não é sistematicamente aprendida por ser da ordem da fala e, portanto, do sujeito, e não da ordem da língua, pelo fato de sofrer alterações de acordo com as posições ocupadas pelos sujeitos que enunciam” (MUSSALIM, 2012, p. 105) e, dessa forma, o lugar de onde os sujeitos dizem é de extrema importância naquilo que dizem, reforçando, assim, a importância do contexto de produção.

Portanto, as palavras têm sentido em conformidade com as formações ideológicas, em que os sujeitos (interlocutores) se inscrevem, desta maneira, os discursos devem ser pensados em seus processos histórico-sociais de constituição, em suas condições de produção.

A coleta de dados foi realizada a partir dos comentários feitos por perfis de usuários em postagens de notícias, relacionadas a pessoas trans, em páginas oficiais de veículos de notícias. Em um primeiro momento foi realizada uma pesquisa, utilizando o ícone de pesquisa em cada página, em busca de notícias relacionadas ao tema. As palavras utilizadas para realizar a busca foram: pessoa trans, trans e transfobia.

As páginas pesquisadas foram a Gaúcha ZH e Porto Alegre 24H, tomando como base quatro notícias selecionadas, duas de cada página pesquisada. As páginas foram selecionadas pois noticiam eventos de Porto Alegre e do restante da região sul, o recorte temporal foi

22

janeiro de 2022 a dezembro de 2022. As notícias foram selecionadas conforme o número de comentários e o conteúdo da notícia, em que a preferência foi de eventos que ocorreram em Porto Alegre ou na região sul do país

A primeira notícia selecionada no perfil Gaúcha ZH trata da primeira mulher trans a comandar o órgão responsável por organizar as comemorações de celebração do 20 de setembro. Gabriella Meindrad, natural de São Vicente do Sul, na Região Central, nasceu com características físicas masculinas. Por anos, frequentou o CTG Cancela da Fronteira vestindo bombacha.

Em 2019, sete anos depois de ter dado início à transição de gênero, Gabriella foi homenageada com outras 56 pessoas que fizeram parte da trajetória da Ciranda de Prendas da 10ª Região Tradicionalista, na cidade de Mata. A Ciranda Cultural de Prendas é realizada anualmente e elege dentre as candidatas, aquelas que melhor representem as virtudes, a graça, a cultura, os dotes artísticos, a desenvoltura e a expressão da mulher gaúcha. Gabriella participou do evento, sendo reconhecida como uma prenda.

Ao assumir o comando da Comissão Estadual dos Festejos Farroupilhas, responsável pelas celebrações de 20 de setembro, ela tomou para si a tarefa de partilhar o que sentiu naquele momento. Não por acaso, o tema da festa, em 2022, foi a pluralidade e a diversidade do povo gaúcho, em todas as suas variações. (FIGURA 1)

Figura 1 - Reportagem selecionada do perfil oficial Gaúcha ZH



Fonte: Notícia publicada em perfil oficiais de notícia da rede *Facebook* Gaúcha ZH

A segunda notícia selecionada no perfil Gaúcha ZH trata da abertura do segundo ambulatório para pessoas trans em Porto Alegre (RS). Segundo a reportagem, a comunidade da Restinga, na região sul de Porto Alegre, passou a ter acesso a um novo serviço. A abertura do ambulatório pretende trazer a garantia de um olhar especializado voltado a mulheres e homens trans, travestis e pessoas não binárias, sendo o segundo Ambulatório Trans da Capital a atender na Clínica da Família Álvaro Difini (rua Álvaro Difini, 520). A iniciativa é da Secretaria Municipal de Saúde (SMS), a qual enfatiza a importância de atender as pessoas que moram em áreas mais afastadas da Região Central, que têm dificuldade de acessar o ambulatório e acabam interrompendo o acompanhamento.

Inicialmente, o atendimento seria oferecido todas as quintas-feiras, das 8h30min às 12h30min na unidade móvel do programa Fique Sabendo, estacionada no pátio da clínica. Em duas semanas, seria disponibilizada sala específica. A equipe é multidisciplinar, composta por médica, enfermeira e psicólogo, oferecendo atendimento integral à saúde – consulta, exames, hormonização, acolhimento e encaminhamentos.

Contratualizado com a Associação Hospitalar Vila Nova, o serviço faz parte da Atenção Primária da SMS. O local oferece atendimento para residentes de Porto Alegre por demanda espontânea. O formato é inspirado no Ambulatório Trans do Centro de Saúde Modelo, que fica no bairro Santana, criado em agosto de 2019 e primeiro da cidade específico nessa linha de cuidado. (Figura 2)

Figura 2 - Reportagem selecionada do perfil oficial Gaúcha ZH

Atendimentos acontecem na Restinga com equipe formada por médica, enfermeiro e psicólogo



GAUCHAZH.CLICRBS.COM.BR

Porto Alegre ganha segundo ambulatório para transexuais

Acolhimento/NotíciaA notícia, ou reportagem, é o relato imparcial baseado em fatos observad..

Fonte: Notícia publicada em perfil oficiais de notícia da rede *Facebook* Gaúcha ZH

Após essa seleção, realizei a triagem dos comentários. Para isso foram feitas capturas de tela de todos os comentários das notícias. No total, foram analisados 1.117 comentários, sendo 777 referentes à mulher trans prenda, sendo 84 dos comentários estudados e classificados referente ao seu conteúdo transfóbico. A notícia referente ao ambulatório trans em Porto Alegre possui 340 comentários, sendo 38 estudados e classificados. É importante ressaltar que nem todos os comentários eram manifestações transfóbicas, sendo esse o motivo da divergência entre o número de comentários totais em comparação com os comentários classificados.

A primeira notícia selecionada no perfil Porto Alegre 24 Horas trata de um ambulatório trans que inicia a distribuição de hormônios pelo SUS (Sistema Único de Saúde). A partir de uma emenda parlamentar com verba de R\$ 500 mil, o Ambulatório Trans iniciou o fornecimento dos hormônios testosterona e estrogênio gratuitamente a seus pacientes. Os recursos foram aprovados pela deputada estadual Luciana Genro (PSOL).

Assim, o ambulatório passou a ser o único serviço do SUS da Capital a oferecer hormônios para a população travesti e transexual. O serviço atende cerca de 1.300 pacientes cadastrados, e realiza, em média, 200 atendimentos por mês. A médica Gabriela Tizianel, coordenadora do Ambulatório Trans, explica que, pelo alto custo dos hormônios em farmácias, muitos recorrem a medicamentos de baixa qualidade. A previsão na época da publicação da notícia era que a quantia seria suficiente por pelo menos três meses. O restante da verba seria destinado às compras futuras.

Segundo a coordenadora, para ter direito aos hormônios gratuitamente, é preciso ser um paciente regular do serviço. Para isso, é necessário o contato via WhatsApp, para agendar uma consulta e realizar o acompanhamento multidisciplinar oferecido. Por ser vinculado à Secretaria Municipal de Saúde, o serviço é exclusivo para pessoas trans residentes em Porto Alegre.

Além disso, por ser fruto de uma emenda parlamentar, a verba não deverá ser reposta e não há previsão de investimento por parte da Prefeitura da Capital na compra de novos medicamentos (Figura 3).

Figura 3 - Reportagens selecionadas do perfil oficial Porto Alegre 24h



Fonte: Notícia publicada em perfil oficiais de notícias da rede *Facebook* Porto Alegre 24 Horas

A segunda notícia selecionada no perfil Porto Alegre 24 Horas trata de uma mulher trans que, ao ser encarcerada em uma cadeia para o gênero masculino, teve seu cabelo raspado. Eloá foi detida por praticar um roubo no município de Arapongas (PR). Conduzida à delegacia, ela foi transferida, por conta do flagrante, para uma cadeia da região que abriga apenas homens. Chegando lá, não foi identificada e fichada pelo nome social e ainda teve a cabeça raspada pelos agentes, como ocorre no caso dos detentos masculinos.

“O cabelo para os indivíduos trans e travestis é um manto precioso. Merecemos respeito. Não estamos questionando a prisão dela pelo ato que cometeu, mas queremos ser

tratadas com dignidade porque é um direito previsto em lei”²³, disse a ativista Renata Borges, que atua defendendo os direitos das pessoas trans.

A conduta da polícia paranaense, que enviou Eloá para o presídio ocupado por homens, assim como a dos funcionários prisionais, que a aceitaram e cortaram seu cabelo, é flagrantemente irregular, uma vez que contraria uma portaria do Departamento de Polícia Penal do Paraná (Deppen), que determina o atendimento à população gay, travesti e transexual, garantindo respeito à orientação de gênero manifestada por todos os cidadãos e cidadãs que estão sob custódia no estado.

Eloá, que é nascida em Belém (PA) e trabalha no Sul do país como garota de programa, é ré primária e em breve terá seu caso reanalisado pela Justiça, tendo em vista as denúncias apresentadas pela ANTRA, entidade responsável por protocolar reclamações junto ao Tribunal de Justiça do Estado do Paraná (TJPR) e ao Conselho Nacional de Justiça (CNJ). (Figura 4)

Figura 4 - Reportagens selecionadas do perfil oficial Porto Alegre 24h



Fonte: Notícia publicada em perfil oficiais de notícias da rede *Facebook* Porto Alegre 24 Horas

O mesmo procedimento foi feito com as notícias selecionadas. Após essa seleção, realizei a triagem dos comentários, para isso foram retiradas capturas de tela de todos os comentários das notícias. Ao total 715 comentários foram analisados, 102 comentários da notícia referente à distribuição de hormônios, para pessoas trans, pelo SUS, sendo 28 dos

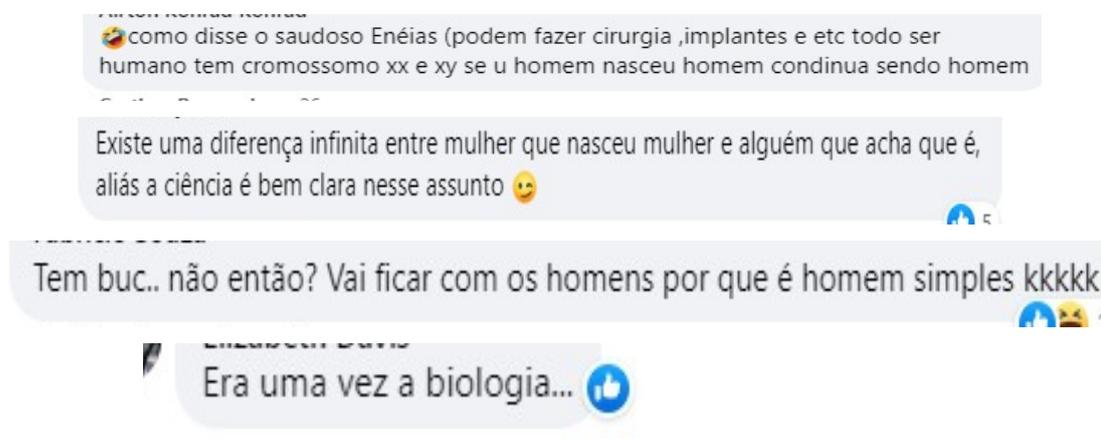
comentários estudados e classificados referente ao seu conteúdo transfóbico. A notícia referente ao encarceramento de uma mulher trans no presídio de gênero masculino, onde seu cabelo foi raspado possui 613 comentários, sendo 79 estudados e classificados.

5.1 ARGUMENTOS TRANSFÓBICOS OBSERVADOS EM COMENTÁRIOS NA REDE SOCIAL *FACEBOOK*

Após a análise quantitativa, percebeu-se a predominância de manifestações transfóbicas que utilizam o determinismo biológico como argumento para a transfobia.

O determinismo biológico trata sobre a uma visão biológica e cientificista sobre a questão do gênero de nascimento do indivíduo. Os comentaristas acreditam que no binarismo de gênero, o órgão sexual de nascimento, o DNA e os cromossomos determinam o gênero. Utiliza-se esse argumento para discriminar e desrespeitar a orientação de gênero dos indivíduos trans.

Figura 5- Exemplos de manifestações transfóbicas de cunho determinista biológica observadas em comentários



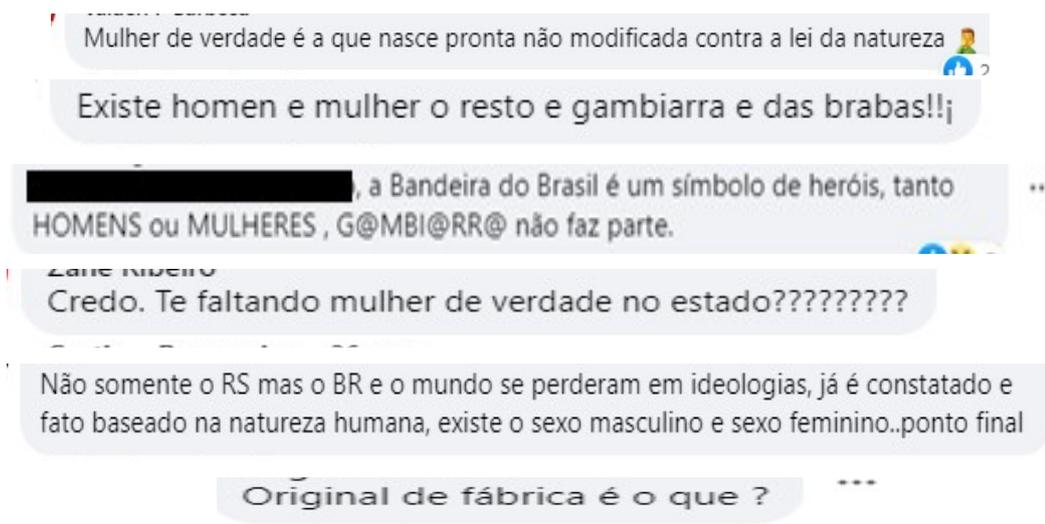
Fonte: Comentários retirados das notícias selecionadas

Outra questão observada nos comentários, seria a atribuição de uma “antinaturalidade” à transgeneridade, como distúrbio dos princípios que regem as “leis da natureza”. A mulher trans não poderia participar da arena reprodutiva nas condições em que solicita, pois não está dentro do padrão normativo por meio do qual sua "feminilidade" é reconhecida e legitimada. Sendo assim, uma mulher “de verdade” já nasce pronta.

Notou-se também a utilização do argumento "falso" (gambiarra, fabricação, fake) e o "verdadeiro" para deslegitimar a identidade trans. Ocorre a distinção sobre o corpo trans, sobre o preceito que qualquer intervenção sobre o corpo altera a sua "natureza" essencial.

Esse falseamento da condição de mulher no caso da mulher trans é uma forma de rejeição/negação da sua existência. A expressão de gênero é insuficiente para traduzir a identidade de gênero, pois ela está acoplada a aspectos morfológicos do corpo. (Figura 6)

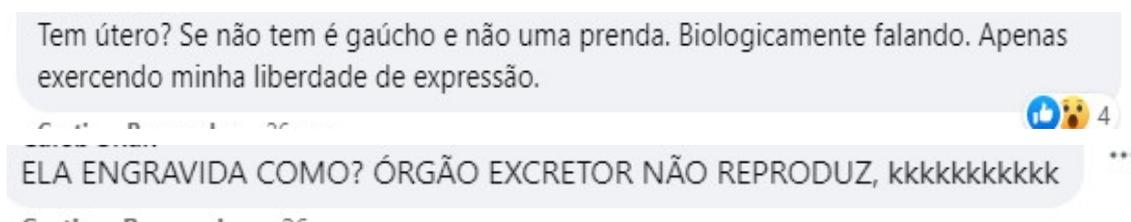
Figura 6 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utilizam a “naturalidade” e o falseamento da mulher trans para reafirmar o determinismo biológico



Fonte: Comentários retirados das notícias selecionadas

O argumento sobre a falta de órgão reprodutor, o qual recorre à incapacidade de reprodução de uma mulher trans, assemelhasse com o trabalho de Borrillo sobre a desintegração civilizacional. A sobrevivência da sociedade depende da replicação da raça humana, dessa maneira, se torna incompreensível a existência de uma mulher que não possui útero, ovários e vagina. Esse argumento gera um perspectiva do pânico moral, em que existência de indivíduos que não conseguem se reproduzir pode acarretar na extinção da sociedade. A existência de indivíduos trans é danoso para a sobrevivência e evolução da sociedade. (Figura 7)

Figura 7 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utilizam a desintegração civilizacional e o pânico moral para reafirmar o determinismo biológico



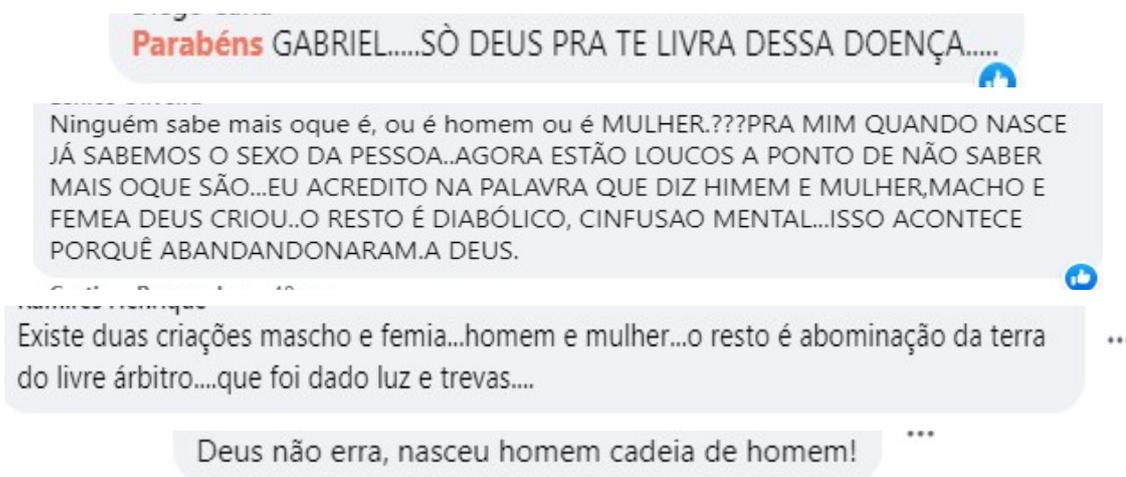
Coloque essa "mulher" com um homen e verás se teremos nascimento de outro gaúcho

Fonte: Comentários retirados das notícias selecionadas

Outros manifestações transfóbicas se destacaram, como aquelas em que os comentadores utilizam questões religiosas e morais pessoais como uma ferramenta para reafirmar o determinismo biológico. O viés dogmático utilizado orienta cada indivíduo a nortear as suas ações e os seus julgamentos sobre o que é “certo” ou “errado”, “bom” ou “ruim”. (Figura 8)

Nota-se também a questão da patologização da transgeneridade. Essa visão parte de uma suposta coerência entre sexo biológico e gênero como uma fronteira entre a “normalidade” e a saúde. Essa perspectiva que patologiza as inconformidades de gênero e sexo biológico se sustenta a partir do pressuposto heteronormativo e um padrão binário dominante de gênero, que exige uma linearidade entre sexo genital, gênero, desejo e práticas sexuais e faz a transgeneridade ser catalogável, curável e passível de normalização. (FIGURA 8)

Figura 8 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utilizam argumentos religiosos e patologizantes subjacentes para reafirmar o determinismo biológico

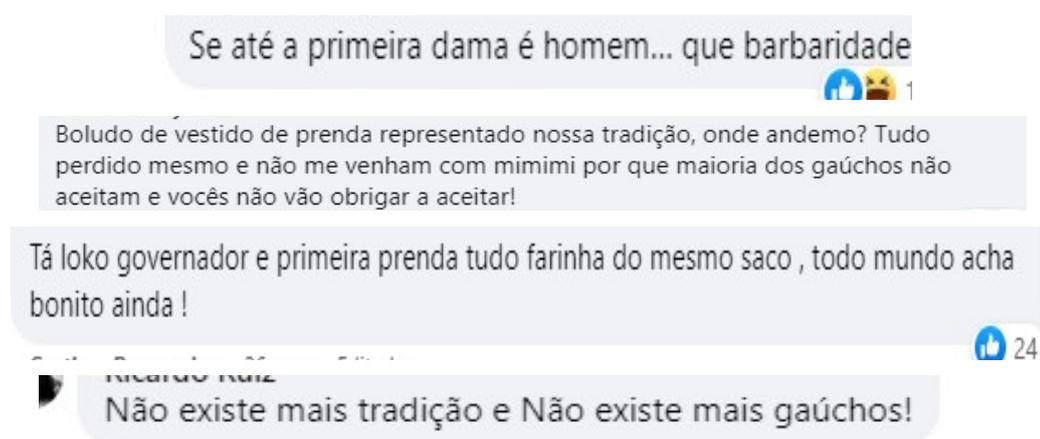


Fonte: Comentários retirados das notícias selecionadas

Outro argumento utilizado para proferir ideias transfóbicas possui relação com o conceito de masculinidade hegemônica de Connell. Em alguns comentários, utiliza-se a sexualidade do governador Eduardo Leite para atacar a transgeneridade. Percebe-se que a masculinidade de um homem gay é desconsiderada e hierarquizada em comparação com a

masculinidade gaúcha (hegemônica). A existência da figura pública do governador (gay) e da figura pública da mulher trans comandando os festejos da semana farroupilha afronta o padrão dominante heterossexual idealizador do homem gaúcho²⁴ e o tradicionalismo. Os indivíduos trans, ao não se identificarem com seu gênero de nascimento, assumem um papel que desestabiliza a identidade masculina e a hegemonia da masculinidade, pois a padrão dominante não aceita essa “troca” de gênero e/ou a orientação sexual. (Figura 9)

Figura 9 - Exemplos de manifestações transfóbicas que utiliza como argumento a masculinidade gaúcha (hegemônica)



Fonte: Comentários retirados das notícias selecionadas

A associação da transgeneridade com sexualidade é um argumento frequente, em que a transfobia e homofobia atuam como uma completude. Alguns comentários associam a sexualidade do governador Eduardo Leite a uma possível identidade trans, e com o tom de ironia, esse comentador insinua que pôr o governador ser homossexual, iria consultar no ambulatório para pessoas trans. Essa confusão entre identidade de gênero e sexualidade, aparece em diversos comentários, como aqueles em que a heterossexualidade é utilizada para sugerir discriminação gênero entre indivíduos trans e cis.

Há também uma confusão entre as diversas identidades e expressões de gênero, nota-se o uso da identidade travesti para se referir à mulher trans. Em um dos comentários utiliza-se o termo pejorativo “traveco” para se referir a identidade feminina trans, mostrando que além da confusão, há o preconceito, a discriminação e o ódio à travestis. (Figura 10)

Figura 10 - Exemplos de manifestações transfóbicas que associam a transgeneridade e sexualidade

O primeiro a consultar foi o governador Eduardo Leite kkkkk



Bha, heterossexual não pode adentrar ao recinto??? Que discriminação, somente eles vão ter prioridade???

Se a moda pegar vai ter lojas, cinemas, farmácia só para um gênero. Estranho essa discriminação vindo de quem se acha discriminado.

Bom. Se tá na cadeia boa coisa não é. Devemos respeitar a opção sexual sim. Mas de bandido não.

Depois o RS vira chacota lá fora e não sabem por que, qual a necessidade de um travesti nesse evento?

Já não tem cadeia o suficiente pra tanto v@g@bundo solto e agora tem q ter cadeia exclusiva pra tr@veco

Fonte: Comentários retirados das notícias selecionadas

O último argumento transfóbico categorizado refere-se à vinculação da transgeneridade com a esquerda (posicionamento político). Historicamente, partidos de esquerda lutam pelos direitos LGBTQIA+, um exemplo é o plano “Brasil sem Homofobia”, elaborado no governo do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (2003-2011), integrante do Partido dos Trabalhadores (PT), partido reconhecido como um dos maiores articuladores dos movimentos de esquerda no Brasil. O plano foi a primeira política pública direcionada especificamente à promoção e defesa dos direitos de LGBTQIA+ na América Latina.

Os comentários insinua que a transgeneridade e as questões que a rodeiam, como a necessidade de um ambulatório que trate demandas específicas dessa população, estão atrelados às figuras políticas dos partidos de esquerda, e que essas pautas da “esquerda” irão prejudicar a sociedade, como exemplo a atribuição da falta de medicamentos à distribuição de hormônios pelo SUS.

Figura 11- Exemplos de manifestações transfóbicos que vinculam a transgeneridade e posicionamento político

Aqui no Brasil temos um vírus altamente letal que está tentando voltar, chamado " o Ladron" e trazendo junto suas cepas mais conhecidas como" Cumpanheirada", que deixaram um rastro de destruição e miséria no Brasil.

Um batalhão de gente morrendo por falta de remédio.... Pqp!!! Se escolheu está vida para si, que arque com ela!!! Isso que é o complicado.... Ter que engolir coisas de esquerda... Não esperava menos da Sra Genro!!! O mundo tem que ser resetado!!!!



Menos um Voto pro Lula 👍

Fonte: Comentários retirados das notícias selecionadas

Os comentários foram analisados e categorizados conforme as categorias explicadas e os demais argumentos subjacentes, utilizados para reafirmar as categorias. A Tabela 1 apresenta as categorias e a quantidade de comentários de cada notícia estudada no perfil Gaúcha ZH. A Tabela 2 apresenta as categorias e a quantidade de comentários de cada notícia estudada no perfil Porto Alegre 24h.

Tabela 1 - Tipos de manifestações transfóbicas – Gaúcha ZH

Categorias	Exemplos transcritos dos comentários	Notícia: primeira mulher trans a comandar órgão que organiza a comemoração do 20 de setembro	Notícia: abertura do segundo ambulatório trans em Porto Alegre(RS)
Argumento baseado no determinismo biológico	“Existe uma diferença infinita entre mulher que nasceu mulher e alguém que acha que é, aliás a ciência é bem clara nesse assunto”	30	25
Reafirmação baseada na antinaturalidade e “verdadeiro” x “falso”	“Que bobagem mulher de verdade não precisa disso” “Mulher de verdade nasce pronta”	15	7
Reafirmação baseada na desintegração civilizacional e pânico moral	“O louco meu só falta agora ficar grávida” “É o fim dos tempos mesmo” “O rio grande do sul se decaído ao extremo”	8	0
Reafirmação baseada em questões religiosas e morais	“O ser humano ta complicado. Que eu saiba Deus criou Homem e Mulher”	6	1

Reafirmação baseada na patologização	“Se for pra saúde mental, ok... porque é o que necessitam Homossexual ou heterossexual, o resto é invenção e ou distúrbio mental”	7	1
Argumento baseada na masculinidade gaúcha (hegemônica)	‘A tradição está perdendo espaço e as coisas do mundo estão invadindo’ “Lamentável que chegamos num nível destes. Cada um com sua opinião, mas pra mim é uma mancha na bandeira gaúcha”	10	0
Argumento baseada na associação da transgeneridade e sexualidade	“Que saudade de quando o governo era para todos seres humanos. Agora, dividem-se em gênero e espécimes baseados na cópula”	5	2
Argumento baseado na vinculação da transgeneridade e posicionamento político	“100000 para quem adivinha para qual presidente ele vota”	3	2

TABELA 2 - Tipos de manifestações transfóbicas - Porto Alegre 24h

Categorias	Exemplos transcritos dos comentários	Notícia: Ambulatório trans de Porto Alegre passa a oferecer hormônio	Notícia: Mulher trans é presa em cadeia masculina e tem cabelo raspado
------------	--------------------------------------	--	--

		gratuitos pelo SUS	
Argumento baseado no determinismo biológico	<p>“Biologicamente é homem porque tem p**, acabou o discurso, vai pra cadeia masculina”</p> <p>“Tem pinto é homem tem DNA de home isso jamais poderá ser mudado”</p> <p>“Geneticamente é homem”</p>	12	38
Reafirmação baseada na antinaturalidade e “verdadeiro” x “falso”	<p>“Engraçado que quando é homem trans também querem colocar no presídio feminino, resumindo, as mulheres de verdade que acabam pagando o pato”</p>	2	3
Reafirmação baseada na desintegração civilizacional e pânico moral		0	0
Reafirmação baseada em questões religiosas e morais	<p>“Meu Deus o mundo tá acabando mesmo!!”</p> <p>“Ninguém sabe mais oque é, ou é homem ou é mulher?? Pra mim quando nasce já sabe o sexo da pessoa, Deus criou Home e mulher o resto é diabólico, acontece porque abandoaram a Deus”</p>	5	13
Reafirmação baseada na patologização	<p>“Existe Homem e Mulher, o resto é loucura, doença mental”</p> <p>Homem que se acha mulher é transtorno</p>	0	11

	mental, isso deveria ter tratamento, transtorno de personalidade é algo sério!!!”		
Argumento baseada na masculinidade gaúcha (hegemônica)		0	0
Argumento baseada na associação da transgeneridade e sexualidade	“Bom. Se tá na cadeia coisa boa não é. Devemos respeitar a opção sexual sim, mas de bandido não”	3	6
Argumento baseado na vinculação da transgeneridade e posicionamento político	“Vários remédios em falta, mas tudo bem tem hormônio para o povinho da esquerda” “Só falta essa turminha da esquerda da lacração querer uma prisão só para eles	6	8

Ao analisar o gênero (masculino e feminino) daqueles que estão reproduzindo as manifestações transfóbicas, com base na foto e nome de perfil, entende-se que alguns nomes são utilizados para denominar pessoas que se identificam com o gênero feminino ou masculino. Sendo esse o princípio utilizado para analisar o gênero dos comentaristas

Na notícia da página Gaúcha ZH, que discorre sobre uma mulher trans que comanda o órgão de organização das comemorações de 20 de setembro, dos 777 comentários analisados, 84 possuíam manifestações transfóbicas, sendo 64 dos comentários foram feitos por pessoas do gênero masculino, e 20 dos comentários foram feitos por pessoas do gênero feminino. Na notícia sobre a abertura de um segundo ambulatório trans em Porto Alegre, também da página Gaúcha ZH, dos 340 comentários, 38 possuíam teor transfóbico, 33 deles foram feitos por pessoas do gênero masculino, e 5 comentários feitos por pessoas do gênero feminino.

Tabela 3 - Análise quantitativa de gênero- Gaúcha ZH

Gênero do comentador	Notícia: primeira mulher trans a comandar órgão que organiza a comemoração do 20 de setembro	Notícia: abertura do segundo ambulatório trans em Porto Alegre (RS)
Masculino	64	33
Feminino	20	5
Total de comentários	84	38

Na notícia da página Porto Alegre 24h, que trata sobre um ambulatório trans que passa a oferecer hormônio gratuito pelo SUS, 102 comentários foram analisados, sendo 28 com teor transfóbico, 25 dos comentários feitos por pessoas do gênero masculino e 3 comentários feitos por pessoas do gênero feminino. A notícia em que se discorre sobre uma mulher trans que foi presa em cadeia masculina e teve seu cabelo raspado possui 613 comentários, 79 comentários possuíam manifestações transfóbicas, em que 58 dos comentários foram feitos por pessoas do gênero masculino, e 21 por pessoas do gênero feminino.

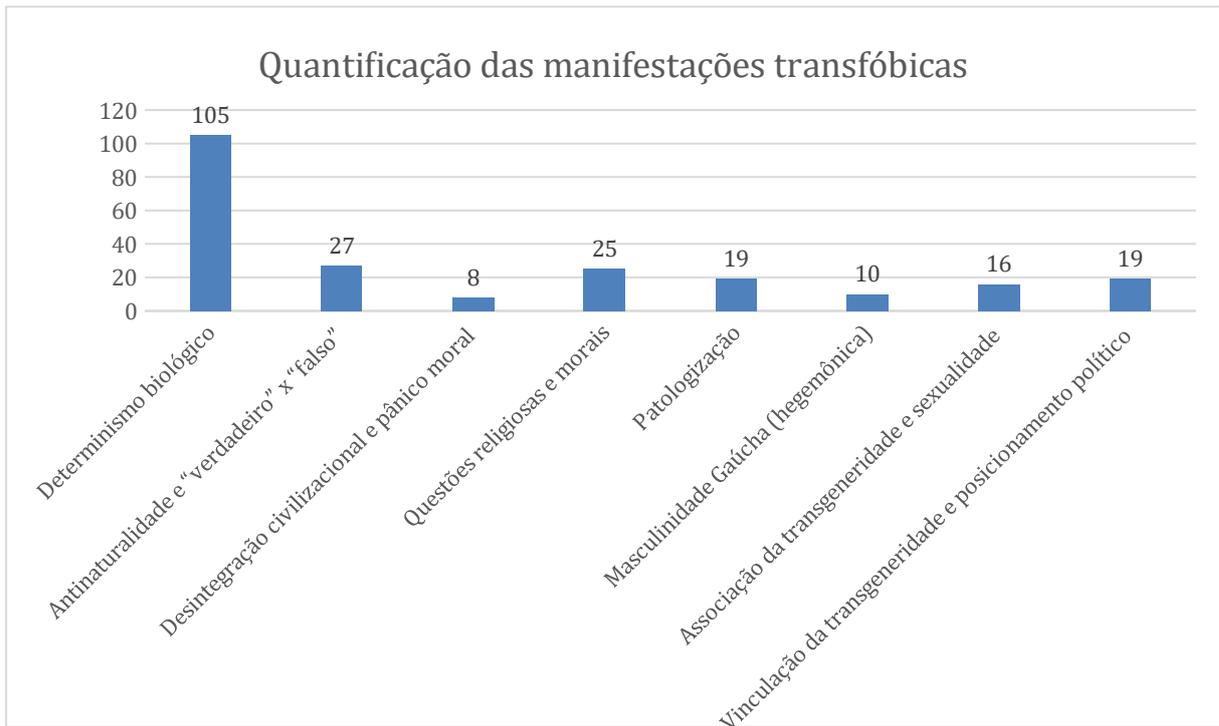
Tabela 4 - Análise quantitativa de gênero- Porto Alegre 24h

Gênero do comentador	Notícia: Ambulatório trans de Porto Alegre passa a oferecer hormônio gratuitos pelo SUS	Notícia: Mulher trans é presa em cadeia masculina e tem cabelo raspado
Masculino	25	58
Feminino	3	21
Total de comentários	28	79

Análise de gênero dos comentadores permitiu concluir que existem um número maior de pessoas do gênero masculino que utiliza a rede social *Facebook* para proferir manifestações transfóbicas. Parto da hipótese que tal divergência no número de comentadores por gênero possui ligação com a masculinidade hegemônica, uma configuração social que legitima a posição dominante dos homens perante as mulheres e as minorias. Os homens precisam alcançar uma idealização de masculinidade, que tem como característica principal a cisgenderidade e a heterossexualidade. Dessa forma, os homens tendem a ser preconceituosos e discriminar aqueles que não se adequam ao binarismo de gênero e à heteronormatividade.

O resultado final obtido a partir da categorização dos 229 comentários, mostra que o argumento de maior recorrência é a transfobia com base em determinismo biológico. As ferramentas de reafirmação e as demais categorias também estão quantificadas no Figura 12:

Gráfico 1 - Quantificação dos comentários categorizados



Conforme os dados organizados no gráfico, o argumento com mais aparições e comentadores é o determinismo biológico. A seguir trago as considerações finais do trabalho.

VI. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Conforme exposto anteriormente, a população trans vivencia violências e agressões todos os dias, e de diversas formas, como agressões físicas ou verbais. Como também, o desrespeito com a sua identidade de gênero, em que os pronomes são utilizados de forma equivocada, e a privação dos banheiros conforme sua orientação de gênero. O advento da *internet* tornou acessível proferir e compartilhar essa discriminação nas redes sociais, de modo que diversas ofensas são direcionadas às minorias diariamente, e poucas medidas relevantes são tomadas contra o agressor.

Os sites de redes sociais têm se tornado um lugar privilegiado para a expansão dos extremismos e dos discursos de ódio. Silva e Silva (2021) elencam as possíveis razões para a *internet* ter se tornado uma ferramenta propícia ao compartilhamento e à disseminação de conteúdos discriminatórios como “o anonimato para aqueles que imaginam proteger a identidade por detrás de perfis falsos ou da volatilidade das redes que, em geral, permitem que o registro seja eventualmente apagado” (p.152). Sendo assim, este trabalho pretendeu identificar o argumento utilizado nas manifestações transfóbicas em comentários no

Facebook. Os dados foram estudados a partir da Análise de Discurso, e como referencial teórico foram utilizados conceitos de gênero, transfobia e masculinidade hegemônica.

Para identificar, analisar e quantificar as manifestações transfóbicas encontradas nos comentários das quatro notícias publicadas, em seus respectivos perfis oficiais do *Facebook*, foram definidos três objetivos específicos. Em um primeiro momento, foram selecionados os perfis de notícias na rede social, a escolha foi baseada em localização geográfica, a preferência foi por perfis que noticiaram eventos que ocorreram no sul do país. Após a escolhas das páginas Gaúcha ZH e Porto Alegre 24h, foi utilizada ferramenta de busca da própria página para encontrar as notícias referentes à a pessoas trans/transfobia. Após a análise dos 1.832 comentários das quatro notícias escolhidas, 229 foram categorizados.

Ao analisar e quantificar os comentários, confirmou-se que o argumento recorrente utiliza se baseia noo determinismo biológico para questionar e/ou não aceitar que alguns indivíduos não se identificam com o gênero atribuído ao nascer. D, dos 229 comentários, 105 comentários contêm argumentos baseados na visão de que o gênero de nascimento é o “correto”, e seus manifestantes acreditam que “nasceu homem é homem, nasceu mulher é mulher e pronto”. Sendo assim, a pessoa trans, ao não performar seu lugar social, e ocupar o lugar do outro, ultrapassa as definições de “normal”, ocorrendo uma violação do padrão dominante. Nos demais comentários, notou-se que outras questões são instrumentalizadas para reafirmar o discurso determinista biológico, como a “antinaturalidade” de pessoas trans, a desintegração civilizacional (visão em que as relações heterossexuais entra indivíduos cis são essenciais para garantir a existência da sociedade), religião e patologização da transgeneridade. Os outros argumentos estudados eram baseados na masculinidade gaúcha (hegemônica), na associação da transgeneridade e sexualidade, e no vínculo de transgeneridade e posicionamento político.

A pesquisa revelou que existe um grande número de indivíduos que acreditam na visão determinista biológica, a qual assume que o sexo de nascimento é aquele que o indivíduo deve se identificar e perfomar. Conforme os dados expostos, a discriminação contra as pessoas trans resulta em diferentes aspectos de violências, sendo o mais danoso, o homicídio desses indivíduos. Portanto, a transfobia é uma questão grave no país, se mostra é necessário ampliar o entendimento sobre identidade/expressão de gênero e sobre as consequências que o não entendimento/não aceitação gera na vida das pessoas que vivem a transgeneridade.

No dia 21 de agosto de 2023 o STF decidiu, por 9 votos a 1, permitir o reconhecimento de atos homofobia e transfobia como crime de injúria racial. O crime de injúria racial penaliza quem ofende a dignidade de outra pessoa, por motivos de raça, cor, etnia ou procedência nacional, sendo um crime inafiançável e imprescritível. A equiparação da homofobia e transfobia ao crime de injúria racial é um avanço de extrema importância para a população LGBTQIA+, pois pretende amparar esses indivíduos juridicamente e legalmente, para que as violências com esse grupo sejam julgadas e condenadas conforme a gravidade que apresentam.

Por fim, este estudo pretendeu trazer visibilidade para as agressões que os indivíduos trans sofrem na *internet*. Entende-se que a produção de trabalhos e o desenvolvimentos de pesquisas sobre o tema, auxiliem e proporcionem uma melhor compreensão sobre as questões de gênero na sociedade. Como também, o estudo da transgeneridade e das identidades trans por todos os indivíduos trará maior esclarecimento sobre o paradigma gênero/sexo biológico visto que a maioria dos comentadores acreditam ser “anormal” a não identificação com o gênero de nascimento.

REFERÊNCIAS

BAHIA, G. G. DA. **RELATÓRIO: OBSERVATÓRIO DE MORTES VIOLENTAS DE LGBTI+ NO BRASIL EM 2020**. Florianópolis: [s.n.].

BARBOSA, B. R. S. N.; SILVA, L. V. DA. **Transexualidade, violência e ciberespaço: um estudo etnográfico digital**. *Percurso Acadêmico*, v. 7, n. 14, p. 419–435, 2017.

BARDIN, L. **Análise de Conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011

BEAUVOIR, S. DE. **O segundo sexo**. 4. ed. São PA: Difusão Européia do Livro, 1970.

BENTO, B. **Nome social para pessoas trans: cidadania precária e gambiarra legal**. *Contemporanea (Revista de Sociologia da UFSCar)*, v. 4, n. 1, p. 165–182, 2014.

BENTO, Berenice; PELÚCIO, Larissa. **Despatologização do gênero: a politização das identidades abjetas**. 2012. Disponível em:< http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-026X2012000200017>. Acesso em: 03 março 2023.

BORRILLO, Daniel. **Homofobia: história e crítica de um preconceito**/Daniel Borrillo; [tradução de Guilherme João de Freitas Teixeira] – 1. ed.; 4 reimp. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2021 – (Ensaio Geral,1)

BOTTON, Fernando Bagiotto. **Considerações críticas acerca das teorias de Raewyn Connell e Judith Butler para o estudo das masculinidades**. *Rev. Crítica Histórica*. n.22,Dezembro/2020 ISSN: 2177-9961

BRASILEIRA,H; VIEIRA, S.F. **"Essa bichinha precisa morrer" : registros discursivos da transfobia nas mídias digitais**.In. *Análises em (dis)curso: perspectivas, leituras, diálogos*. São Carlos: Pedro & João Editores, 2019. p.229-245

BRUGGER, W. **Proibição ou Proteção do Discurso do Ódio? Algumas Observações sobre o Direito Alemão e o Americano**. *Direito Público*, n. 15, p. 117–136, 2007.

BRUSCATO, R. DA S. **ANÁLISE DE FUNCIONAMENTO DO GRUPO DE TRABALHO DA LIVRE ORIENTAÇÃO SEXUAL DA PREFEITURA DE PORTO ALEGRE**. [s.l.] Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2015.

BUSIN, V. M. **MORRA PARA SE LIBERTAR: ESTIGMATIZAÇÃO E VIOLÊNCIA CONTRA TRAVESTIS**. [s.l.] Universidade de São Paulo, 2015.

BUTLER, J. **Problemas de Gênero: Feminismo e subversão da identidade**. 16. ed. Campinas, Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2018.

CALIXTO, D. **Educomunicação e redes sociais: caminhos para a cidadania em meio ao esgotamento do diálogo e à escalada de ódio**. 1. ed. Bahia: EDITUS - EDITORA DA UESC, 2016. v. 3

CAMPOS, José Claudinei Gomes. **Método de análise de conteúdo: ferramenta para a análise de dados qualitativos no campo da saúde**, 2004.

CANGUILHEM, Georges. **O normal e o patológico**. Tradução de Mana Thereza Redig de Carvalho Barrocas; revisão técnica Manoel Barros da Motta; tradução do posfácio de Piare Macherey e da apresentação de Louis Althusser, Luiz Otávio Ferreira Barreto Leite. - 6.ed. rev. - Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

CARAVACA-MORERA, J. A.; PADILHA, M. I. **NECROPOLÍTICA TRANS: DIÁLOGOS SOBRE DISPOSITIVOS DE PODER, MORTE E INVISIBILIZAÇÃO NA CONTEMPORANEIDADE**. *Texto e Contexto Enfermagem*, v. 27, n. 2, p. 10, 2018.

CARDIN; E.G; DIAS; N. F. **O homem gaúcho e o pacto “narcísico da masculinidade”: a música regional como ferramenta mediadora do ideal masculino**. *Tempo da Ciência*, Toledo, v. 29, n. 58, julho - dez. 2022.

CAREGNATO, R. C. A.; MUTTI, R. Pesquisa qualitativa: análise de discurso versus análise de conteúdo. **Texto & Contexto - Enfermagem**, v. 15, n. 4, p. 679–684, 2006.

CARMONA, A. M.; PRADO, M. A. M. **O universal e o particular na política LGBT: tensões e diálogos na esfera pública**. XV Encontro Nacional da ABRAPSO - Associação Brasileira de psicologia social. Anais...Maceió: Associação Brasileira de Psicologia Social, 2009. Disponível em: <http://abrapso.org.br/siteprincipal/images/Anais_XVENABRAPSO/116. O universal e o particular na pol%CDtica lgbt.pdf>

CARVALHO, Marília Pinto de. **O conceito de gênero: uma leitura com base nos trabalhos do GT Sociologia da Educação da ANPEd (1999-2009)**. *Rev. Bras. Educ.* [online]. 2011, vol.16, n.46, pp.99-117. ISSN 1413-2478.

CARVALHO, Mario Felipe de Lima. “Muito prazer, eu existo!”: Visibilidade e Reconhecimento no Ativismo de Pessoas Trans no Brasil. Rio de Janeiro, 2015. Tese (Doutorado) – Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Instituto de Medicina Social..

COELHO, M. G. **GÊNEROS DESVIANTES: O CONCEITO DE GÊNERO EM JUDITH BUTLER** Dissertação. [s.l.] Universidade Federal de Santa Catarina para, 2018.

CONNELL,R; MESSERSCHIMIDT, J. W. **Masculinidade Hegemônica: repensando o**

conceito, 2013, Revista Estudos Feministas, Florianópolis.

CONNELL, Raewyn. **Políticas da masculinidades**, 1995

CRETTEZ, X. **Las formas de la violencia**. 1. ed. Buenos Aires: Waldhuter Editores, 2009.

DANIEL, H. **O primeiro AZT a gente nunca esquece**. 2. ed. Rio de Janeiro: Associação Brasileira Interdisciplinar de AIDS, 2018.

DIAS, A. L. F. et al. **À Margem Da Cidade: Trajetórias De Invisibilidade E Exclusão De Travestis Em Situação De Rua**. Gerais: Revista Interinstitucional de Psicologia, v. 8, n. 2, p. 214–233, 2015.

Dossiê assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2021 / Bruna G. Benevides (Org). – Brasília: Distrito Drag, ANTRA, 2022. 144f.

Dossiê dos assassinatos e da violência contra travestis e transexuais brasileiras em 2020 / Bruna G. Benevides, Sayonara Naider Bonfim Nogueira (Orgs). – São Paulo: Expressão Popular, ANTRA, IBTE, 2021,136p.

Dossiê: assassinatos e violências contra travestis e transexuais brasileiras em 2022 / Bruna G. Benevides. ANTRA (Associação Nacional de Travestis e Transexuais) – Brasília, DF: Distrito Drag; ANTRA, 2023 109p.

FERNANDES, C. A. **ANÁLISE DO DISCURSO reflexões introdutórias Edição revista e ampliada**. 2. ed. [s.l.] Clara Luz-Editora InVerso, 2013.

FRANCO, L. N. **Políticas públicas no Brasil voltadas para a população LGBT: reflexos que o Movimento enfrenta com relação à sociedade civil**. [s.l.] Universidade Federal de Uberlândia, 2017.

FRANCO, N.; CICILLINI, G. A. **Professoras trans brasileiras em seu processo de escolarização**. Revista Estudos Feministas, v. 23, n. 2, p. 325–346, 2015.

IRINEU, Bruna Andrade. **Movimentos e lutas LGBT no Brasil contemporâneo: dialogando gênero, sexualidade e políticas públicas em tempos de neoliberalismo**. 2009. Disponível em: <http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinppIV/eixos/4_questao-de-genero/movimentos-e-lutas-lgbt-no-brasilcontemporaneo.pdf>. Acesso em: 27 de abril 2023.

JESUS, J. G. DE. **Guia técnico sobre pessoas transexuais, travestis e demais transgêneros, para formadores de opinião**. Brasília, 2012. Disponível em: <https://files.cercomp.ufg.br/weby/up/16/o/ORIENTAÇÕES_POPULAÇÃO_TRANS.pdf?1334065989>

LANZ, L. **O CORPO DA ROUPA: A pessoa transgênera entre a transgressão e a conformidade com as normas de gênero.** [s.l.] Universidade Federal do Paraná, 2014.

LEAL, Rosane da Silva e al. **Discursos de ódio em redes sociais: jurisprudência brasileira,**2011. TEM NO MENDELEY

LIMA, J. R. DE; BROENS, M. C. **Reflexões filosóficas sobre a dinamicidade da identidade de gênero.** Porto Alegre, RS: Editora Fi, 2019.

LOURO, Guacira Lopes. **Teoria Queer - uma política pós-identitária para a educação.** Rev. Estud. Fem. vol.09 n.02 Florianópolis jul./dez. 2001

MORATO, R. D. S.; OS. **OS SENTIDOS DOS DISCURSOS SOBRE GÊNERO E SEXUALIDADE NO FACEBOOK: a desigualdade social “curtida” e “compartilhada”.** [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO, 2017.

MUSSALIM, Fernanda. **ANÁLISE DO DISCURSO.** In: MUSSALIM, Fernanda; BENTES, Anna Christina [Orgs.]. **Introdução à linguística: domínios e fronteiras.** São Paulo: Cortez, 2012. v. 2, cap. 4, p. 113-165.

ORGANIZAÇÃO DAS NAÇÕES UNIDAS (ONU). **Promoção dos direitos humanos de pessoas LGBT no mundo do trabalho. Projeto “construindo a igualdade de oportunidades no mundo do trabalho: combatendo a homo-lesmo-transfobia”.** PNUD, OIT, UNAIDS. 2014. Disponível em: <https://unids.org.br/wpcontent/uploads/2016/01/2015_ManualPromocaoDireitosLGBTTrabalho_PT_V2.pdf>.

PERES-NETO, L.; PEREIRA, G. A. **Ética, liberdade de expressão e discurso de ódio de gênero em sites de redes sociais.** E-compós, v. 22, p. 25, 2019.

PODESTÀ, L. L. DE. **Ensaio sobre o conceito de transfobia.** Periódicus, v. 11, n. 1, p. 363–380, 2019.

PODESTÀ, L. L. DE. **OS USOS DO CONCEITO DE TRANSFOBIA E AS ABORDAGENS DAS FORMAS ESPECÍFICAS DE VIOLÊNCIA CONTRA PESSOAS TRANS POR ORGANIZAÇÕES DO MOVIMENTO TRANS NO BRASIL.** [s.l.] UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS, 2018.

RICH, A. **Heterossexualidade compulsória e existência lésbica.** Bagoas: estudos gays: gêneros e sexualidades, 2010

RIOS, R. R. (org). **Em defesa dos Direitos Sexuais.** Porto Alegre, Livraria do Advogado, 2007.

ROCHA MATTOS, A.; LUIZA, M.; CIDADE, R. **Para pensar a cisheteronormatividade**

na psicologia: lições tomadas do transfeminismo. Periódicus, n. 5, p. 132–153, 2016.

RODRIGUES, C. **Performance, gênero, linguagem e alteridade**: J. Butler leitora de J. Derrida. *Sexualidad, Salud y Sociedad - Revista Latinoamericana*, n. 10, p. 140–164, 2012.

SAFFIOTI, H. I. B. **Contribuições feministas para o estudo da violência de gênero**. *Cadernos Pagu*, n. 16, p. 115–136, 2001.

SCOTT, Joan. **Gênero: uma categoria útil para análise histórica**. Tradução: Christine Rufino Dabat; Maria Betânia Ávila. 1995

SILVA, J. C. DA; ARAÚJO, A. D. DE. A METODOLOGIA DE PESQUISA EM ANÁLISE DO DISCURSO. **Grau Zero - Revista de Crítica Cultural**, n. 1, p. 17, 2017.

SILVA, M. P. DA; SILVA, L. S. DA. **Disseminação de discursos de ódio em comentários de notícias: uma análise a partir de notícias sobre o universo LGBT em cibermeios sul-mato-grossenses no Facebook**. **Intercom: Revista Brasileira de Ciências da Comunicação**, v. 44, n. 2, p. 137–155, ago. 2021.

SILVA, R. L. DA et al. **DISCURSOS DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS: JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA**. *Revista Direito GV*, v. 2, n. 7, p. 445–468, 2011.

SILVA, R. L. DA et al. **DISCURSOS DE ÓDIO EM REDES SOCIAIS: JURISPRUDÊNCIA BRASILEIRA**. *Revista Direito GV*, v. 2, n. 7, p. 445–468, 2011.

SIMÕES, Júlio Assis; FACCHINI, Regina. **Do movimento homossexual ao LGBT**. São Paulo: Fundação, 2009.

SOUZA, E. S. DE; TANAKA, L. H. **Cuidado em saúde: pesquisa-ação com pessoas trans em situação de rua**. *Revista Brasileira de Enfermagem*, v. 75, n. Suppl 2, p. 1–9, 2021.

TONELI, M. J. F.; BECKER, S. **A VIOLÊNCIA NORMATIVA E OS PROCESSOS DE SUBJETIVAÇÃO: CONTRIBUIÇÕES PARA O DEBATE A PARTIR DE JUDITH BUTLER**. *Fazendo Gênero 9- Diásporas, Diversidades, Deslocamentos. Anais...* Santa Catarina: 2010.

ZERBINATI, João Paulo ; BRUNS, Maria Alves de Toledo. **Transfobia: contextos de negatividade, violência e resistência**, 2019.

FONTES

GAUCHA ZH. **Conheça Gabriella Meindrad, a prenda à frente da comissão dos festejos farroupilhas no RS**. 17 de setembro de 2022. Disponível <<https://gauchazh.clicrbs.com.br/colunistas/juliana-bublitz/noticia/2022/09/conheca-gabriella-meindrad-a-prenda-a-frente-da-comissao-dos-festejos-farroupilhas-no-rs>>

cl84155cd004h0179z7w52dda.html?

fbclid=IwAR0f5UXWzAFf3WYI_Xme1oBTarhTG_e9QB1-vosXdPECZnNuRJJfDyeor-c>.

Acesso em 16 de julho de 2023.

GAUCHA ZH. **Porto Alegre ganha segundo ambulatório para transexuais.** 7 de abril de 2022. Disponível em <[https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2022/04/porto-alegre-ganha-segundo-ambulatorio-para-transexuais-cl1pb7d62004w016588ow659h.html?](https://gauchazh.clicrbs.com.br/saude/noticia/2022/04/porto-alegre-ganha-segundo-ambulatorio-para-transexuais-cl1pb7d62004w016588ow659h.html?fbclid=IwAR0ryUZSqokUmDqdzIthGtqwYfsNnoFCqtP7WicLPCedO6Z8WG6qIeV6HrU)

fbclid=IwAR0ryUZSqokUmDqdzIthGtqwYfsNnoFCqtP7WicLPCedO6Z8WG6qIeV6HrU>.

Acesso em 16 de julho de 2023.

MACHADO, Vinicius. POA 24 horas. **Ambulatório Trans de Porto Alegre passa a oferecer hormônios gratuitos pelo SUS.** 16 de julho de 2022. Disponível <[https://poa24horas.com.br/noticias/2022/07/ambulatorio-trans-de-porto-alegre-passa-a-oferecer-hormonios-gratuitos-pelo-sus/?](https://poa24horas.com.br/noticias/2022/07/ambulatorio-trans-de-porto-alegre-passa-a-oferecer-hormonios-gratuitos-pelo-sus/?fbclid=IwAR0oj0Hiiq5yPr_VgXSEmKO8VZ_il6P2uk5EZyuZCcN9ENOVAo5kwq1u2kI)

fbclid=IwAR0oj0Hiiq5yPr_VgXSEmKO8VZ_il6P2uk5EZyuZCcN9ENOVAo5kwq1u2kI>.

Acesso em 22 de março de 2023.

RIBEIRO, Adriano. POA 24 horas. **Mulher trans é presa em cadeia masculina e tem cabelo raspado.** 16 de abril de 2022. Disponível em <https://poa24horas.com.br/brasil/2022/04/mulher-trans-e-presa-cadeia-masculina-e-tem-cabelo-raspado/?fbclid=IwAR0f5UXWzAFf3WYI_Xme1oBTarhTG_e9QB1-vosXdPECZnNuRJJfDyeor-c>.

Acesso em 15 de julho de 2022.